

ISCTE  **IUL**
Instituto Universitário de Lisboa

Departamento de Sociologia

**A Cobertura Mediática dos Ataques Terroristas:
Os Ataques de Paris, a 13 de novembro de 2015**

Mariana Sofia da Silva Costa

**Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em
Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação**

Orientadora

**Doutora Rita Maria Espanha Pires Chaves Torrado da Silva
Professora Auxiliar – ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa**

Coorientador

**Tiago Manuel Vaz Pinheiro Estêvão
Investigador – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia – Instituto
Universitário de Lisboa**

Junho de 2019

AGRADECIMENTOS

À orientadora, a professora Rita Espanha, e ao coorientador, Tiago Estevão, pela cuidadosa orientação, pela disponibilidade prestada, pelo constante interesse e por todas as sugestões imprescindíveis à conclusão desta pesquisa. Por todas as palavras de incentivo.

Aos pais, pelas palavras de força nos momentos de incerteza. Pela motivação constante em lutar pelos objetivos que ambiciono alcançar. Pela compreensão e paciência que demonstraram ter nas mudanças de humor repentinas. Por todo o amor e dedicação.

Aos amigos, por todos os momentos de distração que acabaram por ser de inspiração. Pela compreensão, por todos os cafés e almoços que foram adiados. Por todos os momentos de encorajamento e de partilha de conhecimento. Pela amizade.

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivos (1) compreender a relação existente entre os meios de comunicação e o terrorismo e (2) compreender qual o papel dos *media* na cobertura mediática dos ataques terroristas, tendo como objeto de estudo os ataques a Paris, a 13 de novembro de 2015. Neste sentido, esta pesquisa académica aborda quatro dimensões de análise que considerámos essenciais: o terrorismo e as suas principais características; os meios de comunicação social e o papel que desempenham no tratamento informativo dos ataques terroristas; a construção das narrativas jornalísticas e a banalização do terror que é potenciada pelas mesmas; e, por último, a influência da Internet na estratégia comunicativa e organizacional dos grupos terroristas. Como tal, o método de recolha de informação empírica passou pela realização de entrevistas, com o intuito de recolher os testemunhos junto dos atores sociais que constroem as narrativas jornalísticas sobre ataques terroristas, isto é, os próprios jornalistas.

Palavras-Chave: Terrorismo, Meios de Comunicação Social, Cobertura Mediática, Banalização do Terror

ABSTRACT

The purpose of this dissertation is to (1) understand the relationship between the *media* and terrorism and (2) to understand the role of the *media* in the *media* coverage of terrorist attacks, having as object of study the attacks to Paris, on November 13, 2015. In this sense, this academic research addresses four dimensions of analysis that we considered essential: terrorism and its main characteristics; the *media* and their role in the information processing of terrorist attacks; the construction of journalistic narratives and the banalization of terror that is fostered by them; and, finally, the influence of the Internet on the communicative and organizational strategy of terrorist groups. As such, the method of collecting empirical information passed the interviews, in order to collect the testimonies from the social actors who construct the journalistic narratives about terrorist attacks, that is, the journalists.

Keywords: Terrorism, *Media*, *Media* Coverage, Banalization of Terror

Índice

AGRADECIMENTOS	ii
RESUMO	iii
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I, ENQUADRAMENTO TEÓRICO	4
Terrorismo, uma multiplicidade de definições conceptuais	4
A cobertura mediática dos ataques terroristas	10
<i>Media</i> e Terrorismo, a relação simbiótica	14
CAPÍTULO II, QUESTÕES METODOLÓGICAS	20
Contextualização do objeto de estudo	21
Breves considerações sobre a estratégia metodológica – Entrevista	22
CAPÍTULO III, ANÁLISE DAS ENTREVISTAS	26
O papel dos <i>media</i> na construção de narrativas jornalísticas sobre os ataques terroristas	26
CAPITULO IV, CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
BIBLIOGRAFIA	41
Referências Teóricas	41
<i>Links</i> e outras referências	44
Referências Metodológicas	44
ANEXOS	I

INTRODUÇÃO

“O terrorismo sabe que o seu “tempo de antena” está de antemão assegurado. Basta atuar. E quanto mais substanciais forem os danos materiais e humanos, maior será a sua visibilidade.” (Letria, 2001: 22)

Os ataques terroristas pautam a agenda mediática e política, diariamente. Enquanto consumidores de notícias, somos constantemente bombardeados com peças noticiosas que nos dão conta dos últimos ataques com bombistas suicidas, arrastões provocados por veículos desgovernados, ou ataques à mão armada. Enquanto indivíduos com rotinas quotidianas estabelecidas, vamos absorvendo toda a informação disponível, com o sentimento de desconfiança cada vez mais presente, em cada caminho percorrido. O medo já não se confina ao nosso inconsciente; passou a ser real, e largamente amplificado pelos meios de comunicação social.

Os acontecimentos dramáticos e catastróficos *“intensificam a dimensão trágica da condição humana”* (Letria, 2001: 71); é o seu carácter inesperado aliado à sua dimensão destrutora que estimulam os indivíduos a enfrentarem a ideia de finitude e mortalidade, distanciada das suas habituais preocupações do quotidiano (Letria, 2001). Os ataques terroristas caracterizam-se, deste modo, não só pela sua dimensão catastrófica, destrutiva e imprevisível, como igualmente pelo seu carácter descontínuo, introduzindo uma interrupção naquele que é o *“estado normal das coisas”*. Porque, apesar de os atos de violência terem marcado a História desde sempre, nos dias de hoje, a violência assumiu novas formas, novos impactos e, conseqüentemente, novos resultados, estando o terrorismo associado a uma nova realidade onde a violência constitui um mecanismo desestabilizador da ordem instituída; o terrorismo é uma das realidades mais preocupantes da modernidade, desde os anos de 1960.

Além do mais, torna-se cada vez mais difícil encontrar uma definição conceptual para o terrorismo, tendo em conta a existência de uma multiplicidade de organizações terroristas, com motivações distintas, assumindo *modus operandi* completamente diversificados; o terrorismo é um meio para atingir um determinado fim – económico, cultural, religioso, social e/ou político – e nunca um fim em si mesmo. Além disso, a atuação dos grupos terroristas

está igualmente dependente da época em que ocorrem, bem como da forma de organização da sociedade em que atuam.

Ora, é com o objetivo de fornecer um sentido comum para a explicação de tais acontecimentos que os meios de comunicação social se tornam fundamentais; é “*através da construção de narrativas sobre o acontecimento*” (Rebelo, 2006: 19), que os indivíduos tentam encontrar um sentido para o mesmo, tendo em conta a relação com as experiências pessoais e coletivas anteriores. Como tal, os *media* são um meio de expressão e informação da opinião pública, na medida em que constroem e divulgam narrativas jornalísticas que contém a informação respeitante a todos os factos envolvidos nos ataques terroristas, e ainda às consequências, mais ou menos imediatas, dos mesmos; além disso, ainda acompanham e dão conta da atuação das autoridades governamentais e forças de segurança, no sentido da minimização dos danos causados.

Sendo assim, e independentemente das suas motivações e *modus operandi*, os ataques terroristas levados a cabo pelos diferentes grupos terroristas são percecionados como fenómenos mediáticos, merecendo uma ampla e específica cobertura mediática. A verdade é que a guerra, a catástrofe, a imprevisibilidade, o sensacionalismo, a morte e a tragédia, além de características comuns à maioria dos atos terroristas, são valores-notícia fundamentais para a cobertura mediática dos mesmos (Traquina, 2005). Os *media*, enquanto meios informativos de alcance global, revelam-se uma ferramenta de elevada importância para as organizações terroristas, na medida em que a sua ampla cobertura mediática garante a disseminação do terror e da mensagem à maior audiência possível, exercendo, deste modo, pressão sobre o poder político.

Neste sentido, cada vez mais se afirma existir uma correlação entre os *media* e o terrorismo, baseada no interesse e benefício mútuo (Luengo, 2001). Por um lado, as organizações terroristas planeiam os seus ataques tendo em vista uma ampla cobertura mediática, uma vez que os meios de comunicação constituem um recurso importante para o alcance dos seus principais objetivos (Évora, 2006); por outro lado, é o dramatismo, o choque e o sensacionalismo oferecido pelas ações terroristas que consolida e aumenta as audiências e tiragens dos principais meios de comunicação social (Faria, 2007).

Assim, a relação entre os meios de comunicação social e o terrorismo levanta questões importantes quanto ao impacto da atuação dos próprios *media* no terrorismo e na sociedade, dado que estes tendem a funcionar como um instrumento amplificador do horror e violência dos ataques terroristas, tendo em conta a frequência e repetitividade das

imagens dos destroços, das vítimas e do caos. Como tal, os *media*, a par dos grupos terroristas, contribuem para a propagação global do medo e do terror, construindo-se um ambiente de medo global (Faria, 2007). Até mesmo as propostas governamentais e o reforço das medidas de segurança, logo após os ataques terroristas, além de imporem certos limites às liberdades individuais e coletivas, contribuem para a concretização do principal objetivo dos grupos terroristas – criar uma atmosfera de medo global, onde a desconfiança passa a fazer parte do quotidiano dos indivíduos.

Ainda assim, os meios de comunicação social têm vindo a contribuir para o combate ao terrorismo, verificando-se uma crescente e consciente colaboração entre autoridades governamentais, forças de segurança e meios de comunicação social, informando e alertando a população sobre quais as atitudes e comportamentos que devem ser adotados. Porque, de facto, antes de se transformarem num instrumento propagandístico da causa terrorista, os *media* representam um dos principais veículos de divulgação e denúncia do terror das ações terroristas.

Assim sendo, e tendo como pano de fundo a atualidade e relevância social do terrorismo, que ocupa diariamente a agenda política e mediática, tanto nacional quanto internacional, merecendo um discurso público intenso, serão os ataques terroristas ocorridos em Paris, a 13 de novembro de 2015, o objeto de estudo desta pesquisa académica. A cobertura mediática destes atos terroristas é um tema com elevado interesse académico e social tendo em conta a interrupção das rotinas quotidianas dos indivíduos, além do destaque imediato, intensivo e repetitivo dos meios de comunicação social.

Neste sentido, e tendo presente que é cada vez mais frequente a afirmação da existência de uma relação simbiótica entre os meios de comunicação social e o terrorismo, tendo em conta os benefícios e interesses de ambas as partes envolvidas, os principais objetivos da presente dissertação passam pela (1) compreensão da relação existente entre o terrorismo e os *media* e pela (2) compreensão do papel assumido pelos meios de comunicação social na cobertura mediática dos ataques terroristas.

CAPÍTULO I, ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Terrorismo, uma multiplicidade de definições conceptuais

O terrorismo está comumente associado a uma forma de resistência política, na qual os seus autores recorrem à violência, ou apenas à ameaça do seu uso, manipulando e intimidando as autoridades governamentais, com o fim último de imporem uma nova ordem, em relação à ordem existente explorando e infringindo as normas estabelecidas, recorrendo frequentemente ao anonimato, visando a independência nacional, a mudança de regime político ou até a retirada de potências estrangeiras de uma determinada região ou país (Nacos, 2006; Galito, 2013; Rocha, 2017; Laqueur & Wall, 2018).

Na realidade, o terrorismo tem origem em sociedades que se encontravam sob regimes políticos opressivos e autoritários e, como tal, as ações terroristas surgem com a finalidade estratégica e política da luta pela imposição de uma nova ordem política historicamente instituída por oposição à ordem existente (Nasser, 2014). O foco motivacional não seriam as características das sociedades onde atuavam, ou os princípios religiosos pelos quais se regiam, mas antes a emancipação nacional. Ainda assim, os ataques terroristas com pendor político raras vezes obtiveram os resultados esperados, uma vez que não se assistiu à alteração ou submissão dos governos em exercício de funções, nos países alvo de ataques violentos (Laqueur & Wall, 2018).

Nos últimos cem anos, a estrutura organizacional e os objetivos do terrorismo sofreram alterações significativas; a modernidade e a globalização revelaram-se ambientes propícios à expansão e aperfeiçoamento das operações terroristas (Laqueur & Wall, 2018). As características da globalização permitiram, e continuam a permitir, a criação de condições essenciais às ações terroristas, seja pelas inúmeras possibilidades de trocas, não só de bens, assim como de informação sem limites e fronteiras, seja pelo fluxo de informação global característico dos nossos dias (Faustino, 2018; Laqueur & Wall 2018). As organizações terroristas, sob o anonimato, têm a possibilidade de dispersar os seus ataques; o acesso ao armamento e o desenvolvimento das tecnologias de informação determinam a concretização das atividades terroristas – recrutamento de novos simpatizantes e membros, ampliação da causa que defendem e até o aumento do alcance da mensagem que pretendem disseminar.

Por isso, mais do que movido por diferentes ideais religiosos, o terrorismo continua a ser de ordem política; por um lado, a Síria transformou-se no principal campo de batalha e, por outro, o Estado Islâmico, além do rasto sanguíneo que marca o território geográfico por

onde passa, colocou o conceito de estado-nação em questão, eliminando as fronteiras existentes entre o Iraque e a Síria, reivindicando a independência e superioridade sobre toda a população muçulmana do mundo inteiro (Laqueur & Wall, 2018).

Neste sentido, os ataques terroristas são deliberadamente arquitetados, tendo em vista propósitos claramente definidos. As vítimas imediatas não são escolhidas de acordo com parâmetros pré-definidos; muito pelo contrário, é a sua aleatoriedade que contribui para o crescente sentimento de medo e insegurança – qualquer um, em qualquer lugar, e a qualquer hora, poderá ser um alvo. Wilkinson (2000) defende o terrorismo como uma forma de violência que pretende atingir determinado objetivo político e, por isso, destaca a existência de cinco características específicas: (1) é propositado, com o intuito de gerar um ambiente de medo e terror globais, (2) está voltado para uma audiência mais ampla, (3) os ataques são dirigidos a alvos civis aleatórios, (4) a sociedade percebe e apreende os atos de violência discricionária como uma infração às normas sociais e, (5) tem como principal interesse, influenciar e pressionar o poder político (Faustino, 2018).

Como tal, os ataques terroristas, enquanto fenômenos que provocam alterações nas sociedades contemporâneas, constituem, em si mesmos, uma ameaça global (Perešin, 2007), o que contribui para a criação de um “estado de medo crônico”, provocado pela dor, destruição, pânico e incerteza (Faria, 2007: 159). A verdade é que independentemente da enorme variedade de organizações terroristas, o terrorismo caracteriza-se pela sua imprevisibilidade; é a incerteza daquilo que não podemos prever que nos faz ter consciência da nossa vulnerabilidade, enquanto indivíduos que estão apenas a realizar a sua habitual rotina quotidiana.

Ora, desde os ataques terroristas ao *World Trade Center* e ao Pentágono, nos EUA, a 11 de setembro de 2001, que o conceito de terrorismo se amplificou, adquirindo maior relevância na agenda política mundial. O terrorismo passou a ser um fenômeno internacional e transnacional, deixando de estar circunscrito às fronteiras nacionais; é, agora, percebido como uma ameaça global, afetando as relações entre estados e nações (Faria, 2007; Souza & Moraes, 2014; Faustino, 2018). Desde então, e tendo em conta todas as alterações sociais e tecnológicas que se têm verificado, as organizações terroristas têm-se esforçado por causar cada vez mais impacto, através do rasto de vítimas e destruição maciça que fica para trás, mas, essencialmente, pela atmosfera de medo e insegurança que assume cada vez maior impacto no quotidiano dos cidadãos. Efetivamente,

segundo dados fornecidos pelo relatório anual da Europol¹, os cenários do terrorismo têm-se diversificado cada vez mais e, conseqüentemente, a ameaça terrorista aumentado significativamente (TESAT, 2018). O terrorismo assume novas formas, cada vez mais perigosas e extremadas, com atos de violência imprevisível e indiscriminada; as vítimas mortais inevitáveis não constituem o foco das atividades terroristas, mas antes o simbolismo e a sua capacidade comunicativa (Faustino, 2018).

De facto, apesar da generalidade dos atos terroristas partilharem características comuns, entre elas o carácter repentino, impressionante e intencional, chegar a um consenso entre a comunidade académica e científica, quanto à definição conceptual de terrorismo não tem sido tarefa fácil. O terrorismo continua a constituir-se um desafio em relação à sua definição, forma de atuação e finalidade estratégica. Enquanto fenómeno social, é importante analisar o terrorismo com base no contexto histórico-social, a par da multiplicidade de organizações terroristas, com ideologias, motivações e interesses distintos, sejam eles políticos, ideológicos, económicos, religiosos, sociais e/ou culturais (Galito, 2013; Ferreira, 2014; Souza & Moraes, 2014; Laqueur & Wall, 2018), assumindo diferentes formas de violência física e psicológica, destacando-se os ataques com o recurso a armas de elevado alcance mortal e destrutivo, bombistas suicidas, sequestros, incêndios, ameaças de bomba, entre outros. A respeito dos meios utilizados pelos grupos terroristas é importante ter em linha de conta a contribuição essencial e imprescindível dos apoios externos, sejam eles por parte de simpatizantes ou patrocinadores, que contribuem financeiramente para a manutenção dos recursos materiais.

Crettiez (2000) propõe a existência de cinco modelos através dos quais o terrorismo poderá ser analisado: (1) o modelo estratégico, que defende o ataque terrorista como a essência do terrorismo, enquanto ação violenta dirigida a alvos civis, com o intuito de se exercer pressão política sobre o governo em voga; (2) o modelo da inversão, no qual o ato terrorista corresponde à negação da ideologia política, ou à *“criação de lógicas burocráticas policiais e administrativas”*; (3) o modelo psicológico, que assume o terrorista como alguém com problemas psíquicos graves, como *“um ser associal (...) fechado em pequenos grupos fanáticos”*; (4) o modelo de rutura, onde os ataques terroristas surgem como resultado das transformações históricas e sociais; e ainda, (5) o modelo da configuração de confronto baseado na *“(identificação), em cada conflito, (d)o tipo de atores em presença, (d)o seu*

¹ De acordo com o *European Union Terrorism Situation and Trend Report* de 2018, criado em 2007 com o objetivo de dar conhecimento ao Parlamento Europeu, bem como a todos os governos nacionais e forças de segurança, interna e externa, do panorama geral do terrorismo na Europa, anualmente.

peso respetivo na configuração, (d)as suas interações, (d)os favores que determinam a luta e (d)o nível de integração funcional das organizações” terroristas (Crettiez, 2000, citado por Moita, 2014: 111).

Enquanto definição académica, o terrorismo corresponde ao *“uso de violência ou a sua ameaça com o objetivo de criar uma atmosfera de medo, terror e alarme que facilite a consecução dos seus objetivos políticos concretos”* (Luengo, 2001); Faria (2007) vai mais longe, e analisa o terrorismo como *“o uso deliberado de intimidação psicológica e violência física que põe em causa a segurança e o bem-estar dos cidadãos comuns, a estabilidade do sistema político, o desenvolvimento económico e a própria sobrevivência da Democracia”* (Faria, 2007: 158). Deste modo, parece-nos claro que Ackerman (2007) defenda a existência de uma tendência para apontar os interesses políticos e ideológicos, em detrimento dos interesses religiosos ou culturais, como as forças motoras do terrorismo contemporâneo.

No entanto, as motivações religiosas enquanto justificativas das ações terroristas são, cada vez mais, alvo de consideração por parte da comunidade científica, que começa a atribuir o fanatismo religioso às motivações dos grupos terroristas; é uma das dimensões caracterizadoras do terrorismo contemporâneo, uma vez que os seus autores acreditam que as suas ações são impulsionadas por uma ordem divina superior (Luengo, 2001); os grupos perpetradores da violência e do terror acreditam que existem *“forças malignas que tentam dominar o seu povo e portanto, precisam de ser destruídas”* (Nasser, 2014: 66; Laqueur & Wall, 2018). Aliás, *“este fanatismo (religioso) conjugado com o desenvolvimento de armas de destruição em massa cria uma ameaça sem precedentes na história da humanidade”* (Laqueur, 1999: 79²; Nasser, 2014); por um lado, o sacrifício é percecionado enquanto mecanismo de legitimação dos ataques terroristas e, por outro lado, o atentado suicida é uma forma de violência ilustrativa do terrorismo movido por interesses religiosos. A verdade é que os membros das organizações terroristas com finalidades estratégicas de pendor, maioritariamente, religioso aceitam a brutalidade dos seus atos com naturalidade, mesmo quando o sucesso é inexistente ou não imediato, uma vez que acreditam na superioridade da causa que dizem defender (Laqueur & Wall, 2018).

De facto, o terrorismo religioso, enquanto nova forma de terrorismo contemporâneo, está associado ao islamismo; os terroristas islâmicos acreditam que os valores, princípios, e até o modo de vida característico das sociedades ocidentais se opõem aos ensinamentos de

² Tradução livre.

Alá (Nasser, 2014). E, apesar das sociedades islâmicas estarem fortemente associadas a um nível de pobreza e decadência generalizados, além dos conflitos internos existentes entre as diferentes civilizações, são sociedades *“fortemente militarizadas, com elevados índices de esforço militar”* (Nasser, 2014). No que diz respeito ao recrutamento, o autoproclamado Estado Islâmico tem apostado na seleção e treino de mulheres, crianças e jovens, enfatizando a necessidade e importância de transmitir a sua mensagem, ideologia e ensinamentos às gerações futuras.

O terrorismo que cobre a agenda política e mediática, tanto nacional quanto internacional, é apontado como um fenômeno islâmico, não se circunscrevendo geograficamente a uma região do globo (Laqueur & Wall, 2018). Neste contexto, têm-se verificado um crescendo de movimentos terroristas baseados no fanatismo religioso, caracterizado pelo apelo à iminência de uma guerra santa (Laqueur & Wall, 2018). O Estado Islâmico aproveita a sua vasta rede global de simpatizantes para arquitetar novos ataques terroristas, além de aumentar a percepção da expansão das suas ações violentas, intensificando, deste modo, a sensação de perigo iminente; a este respeito, importa refletir sobre o papel que as plataformas *online* têm desempenhado, como instrumento fundamental para a disseminação de vídeos com elevado teor de violência, acessíveis a qualquer pessoa, em qualquer parte do mundo.

Ainda assim, e independentemente dos interesses e motivações que regem os ataques terroristas, o terrorismo será sempre um meio para atingir um fim, e nunca um fim em si mesmo; é através da disseminação do perigo iminente e do medo, de forma global e viral, que as organizações terroristas ambicionam alcançar uma transformação nas suas relações com os estados, nações ou sociedades, com os mercados e com as tecnologias de destruição, cada vez mais desenvolvidas (Ackerman, 2007; Laqueur & Wall, 2018). Independentemente da localização das suas motivações no espectro político, todos os grupos terroristas acreditam que as ações terroristas representam a melhor forma de alcançarem os seus objetivos políticos.

Na verdade, o terrorismo contemporâneo caracteriza-se pela sua transnacionalidade, uma que vez que, a probabilidade de ocorrer um ataque terrorista tem vindo a aumentar de acordo com a facilidade de deslocação e comunicação através das fronteiras, o que contribui, inevitavelmente, para o desenvolvimento do sentimento de vulnerabilidade. O fenômeno da globalização teve um importante impacto na consecução dos objetivos dos grupos terroristas contemporâneos, na medida em que proporcionou o acesso facilitado às mais diversas transformações tecnológicas (Nasser, 2014). A Internet é uma ferramenta

essencial, senão a mais importante, para as organizações terroristas; funciona como meio de acesso, divulgação e troca de informações entre os terroristas e os seus aliados estatais, como instrumento de *networking* e absorção de recursos (para trocas comerciais e financeiras), como meio de recrutamento de novos afiliados, como ferramenta de planeamento e coordenação das ações terroristas e, claro, como um instrumento de violência psicológica (Weimann, 2004). O Estado Islâmico foi o primeiro grupo terrorista extremista a tirar o máximo proveito das potencialidades das novas tecnologias de informação, aproveitando a Internet “*para produzir e disseminar mensagens e imagens (...) sem mediação jornalística que filtre a mensagem*” (Rocha, 2017: 89).

Neste sentido, é importante termos em consideração a definição de terrorismo proposta por Hoffman (1998), que propõe um argumento baseado no facto dos ataques terroristas serem atos de violência planeados estrategicamente com o objetivo de “*atrair a atenção e de, através da publicidade que geram, comunicar uma mensagem*” (Hoffman, 1998, citado por Letria, 2001: 22), posteriormente reproduzida e difundida pelos meios de comunicação social do mundo inteiro. Não deixa de ser verdade que os grupos terroristas utilizam cada vez mais o *online* para propagar e difundir a mensagem que pretendem, no entanto, os meios de comunicação tradicionais, especialmente a televisão, continuam a desempenhar o papel fundamental.

Ora, embora existam diversas organizações terroristas espalhadas pelo mundo inteiro, são os ataques terroristas cometidos e reivindicados pelo Estado Islâmico, os que apresentam um maior impacto nas cidades, essencialmente, europeias, causando um maior número de vítimas mortais; a ameaça do terror islâmico tem vindo a aumentar significativamente desde 2006, tendo atingindo o seu auge em 2015, com os ataques em Paris, em 2016, a Bruxelas, Nice e Berlim, e em 2017, a Londres, Barcelona, Manchester e Paris, recorrendo a três padrões de atuação específicos: assassinatos indiscriminados, ataques a símbolos característicos do estilo de vida ocidental e ataques a representações de autoridade (TESAT, 2018).

Em relação ao tipo de recursos materiais utilizados nas operações terroristas, os dados da Europol indicam-nos que ainda não existem evidências do uso de armas químicas, biológicas, radiológicas ou até nucleares, mas que tal não significa que deixe de ser uma preocupação, tanto pública quanto política, uma vez que o uso deste tipo de armamento está presente nos interesses do Estado Islâmico (TESAT, 2018). Mas, de facto, o *modus operandi* deste grupo terrorista tem-se caracterizado pelo uso de explosivos, armas de fogo e/ou veículos desgovernados, tendo em linha de conta a sua eficácia e capacidade de

alcance destrutivo elevado, já para não falar do elevado impacto mediático que conseguem atingir.

A cobertura mediática dos ataques terroristas

Os acontecimentos catastróficos e dramáticos, como os ataques terroristas, por exemplo, são frequentemente transformados em narrativas jornalísticas, merecendo uma ampla cobertura mediática. De facto, a dimensão trágica e sensacionalista dos atos terroristas contribui para o aumento e consolidação das audiências; e, por isso, os meios de comunicação social enquanto meio de expressão e informação da opinião pública, devem adotar medidas que evitem a sua instrumentalização, para não se transformarem num mero veículo de propaganda ao serviço da causa terrorista (Faria, 2007; Lopes, 2010).

Os *media* enquanto meio de informação, mediação e socialização, representam um sistema de produção e difusão de mensagens, para uma vasta audiência heterógena, recorrendo a práticas específicas; toda a informação produzida é parte de um processo estrategicamente orientado (Lopes, 2010). Os jornalistas produzem e disseminam toda a informação necessária para que a audiência seja capaz de formar uma opinião acerca de determinado assunto, ao mesmo tempo que ocultam determinado tipo de informações, tendo em conta os valores éticos e deontológicos pelos quais se regem, além dos interesses conflituosos *“de uma produção capitalista que envolve a comercialização da força de trabalho em busca de um constante aumento dos lucros (e das audiências) (...) das empresas para as quais trabalham”* (Temer & Tuzzo, 2017: 459). Não obstante, e de acordo com o Código Deontológico dos Jornalistas (1993), estes profissionais *“deve(m) relatar os factos com rigor e exatidão e interpretá-los com honestidade. Os factos devem ser comprovados (...) deve(m) combater a censura e o sensacionalismo (...) deve(m) utilizar meios legais para obter informações, imagens ou documentos (...) deve(m) recusar funções, tarefas e benefícios suscetíveis de comprometer o seu estatuto de independência e a sua integridade profissional”*.

Ora, é através de regras, técnicas e rotinas socialmente partilhadas que os meios de comunicação constroem, de modo intencional, a realidade social. As narrativas jornalísticas correspondem a uma *“forma particular de conhecimento social partilhado, funcionando efetivamente como fonte de explicações e convicções que enquadram a relação com a realidade e orientam a ação social”* (Negreiros, 2004: 31). Na verdade, os indivíduos justificam aquela que é a sua perceção da realidade com base na sua experiência pessoal anterior, na interação com os outros e na interpretação fornecida pelos *media* (Correia,

2016; Gradim, 2016). No entanto, e tomando atenção não só aos noticiários televisivos, como também às manchetes da imprensa escrita e às notícias destacadas no *online*, rapidamente nos apercebemos de que é o sensacionalismo que marca a cobertura mediática do nosso quotidiano; os diferentes meios de comunicação social perderam a capacidade de nos fornecer *“uma maior diversidade de informação, perspectivas e contrapontos (...) os temas repetem(-se) consecutivamente”* (Faustino, 2018: 40).

Neste sentido, Oliveira (1998) defende que os meios de comunicação social (re)produzem a realidade social, mediatizando a verdade das coisas (Oliveira, 1998 citado por Lopes, 2010). Ora, se por um lado, produzem narrativas jornalísticas dando conta de quem são os autores dos atos terroristas, as causas que defendem e os interesses que os movem, além das consequências diretas e indiretas, atribuindo um sentido comum para a generalidade dos indivíduos; por outro, *“os processos de seleção, organização, tratamento e apresentação da informação contém intencionalidade”* (Lopes, 2010: 5), uma vez que, além de um importante instrumento para a construção da percepção da realidade, as narrativas jornalísticas são uma mercadoria e, como tal, no seu processo de produção intervêm não só interesses económicos e empresariais, como também interesses culturais, profissionais, ideológicos e políticos.

Ora, a sensação de que o principal objetivo dos meios de comunicação – informar primando pela exatidão, factualidade, justificação, objetividade e deontologia, distanciando-se de interesses considerados pouco éticos – se tem vindo a perder ao longo dos anos. Primeiro, porque a objetividade não é assim tão fácil de conseguir, uma vez que é quase impossível um jornalista conseguir pôr de lado a subjetividade inerente à sua relação com os acontecimentos em causa; depois, porque *“a exigência de rapidez reduz o tempo para a investigação, fundamentação das notícias e gestão do contraditório”* (Faustino, 2018: 41); e por último, porque os *media* estão dependentes economicamente das grandes empresas e, por isso, a informação imparcial e isenta revela-se uma tarefa difícil. Assim sendo, o processo de produção informativa corresponde à construção e reconstrução narrativa da realidade social, através dos “valores-notícia” previamente definidos, isto é, os princípios básicos de noticiabilidade como a atualidade, a imprevisibilidade, a negatividade, a periodicidade e frequência, a intensidade, a relevância e interesse social e cultural, o impacto político e económico, e ainda a quantidade de pessoas envolvidas. Como tal, e tendo em conta que o terrorismo comporta todos estes “valores-notícia”, é legítimo tentarmos compreender se, de facto, os meios de comunicação se limitam a transmitir os ataques terroristas tal como eles aconteceram ou se, a narrativa terrorista corresponde a

uma construção feita pelos próprios *media*, porque, na verdade, aquilo a que temos vindo a assistir é a uma hipermediatização do fenómeno terrorista.

Por isso, além da importância dos princípios de noticiabilidade, a transformação de um determinado acontecimento em matéria noticiosa é igualmente influenciada pela definição da *agenda-setting*. A este respeito, Strömbäck & Kiousis (2010) defendem que o efeito de *agenda-setting* é definido pela correlação existente entre a agenda mediática e a agenda pública; é a seleção de umas notícias em detrimento de outras, por parte dos editores, que permite a construção dos diferentes patamares da realidade social e, como tal, as audiências consideram como mais importantes e relevantes as temáticas que são alvo de uma maior cobertura mediática, especialmente o conteúdo jornalístico dramático, com imagens chocantes e emocionalmente marcantes.

Porque, além das características inerentes dos ataques terroristas que os tornam fenómenos mediáticos com um elevado interesse público, só o facto de se construírem narrativas jornalísticas a seu respeito, já faz com que se tornem reais na vida dos cidadãos comuns; por isso, quando determinado fenómeno, como os atos terroristas, são alvo de uma ampla cobertura mediática, tendo prioridade sobre qualquer outro tema da atualidade, “*os media estão a atribuir ao fenómeno uma valoração e relevância para a conquista terrorista de objetivos preliminares como a atenção e a disseminação do medo*” (Faustino, 2018: 45). Neste sentido, o efeito de *agenda-setting* permite a justificação da causa terrorista e dos seus interesses, conduzindo ao respeito e reconhecimento das organizações terroristas, tanto por parte dos seus apoiantes quanto por parte dos potenciais simpatizantes que assistem ao alcance das metas a que os grupos perpetradores do terror se propuseram.

Além disso, os efeitos de *framing* também devem ser tidos em conta na análise da construção da realidade produzida pelos *media*. Apesar de estar consolidado na área da comunicação, o conceito de *framing* ainda é muito impreciso, existindo diversas perspetivas em torno do mesmo (Gradim, 2016). Neste sentido, os *frames* individuais corresponderão aos princípios básicos de organização através dos quais orientamos a interpretação dos acontecimentos; é através de esquemas de interpretação que enquadramos as diferentes situações e mensagens associadas, no quadro da experiência pessoal e coletiva (Goffman, 1974; Correia, 2016). Por outro lado, os *frames* mediáticos corresponderão aos “*fatores intrínsecos e extrínsecos que influenciam a seleção e processamento de informação, as normas e os valores sociais, os constrangimentos organizacionais, as pressões exercidas por grupos de interesses, as rotinas jornalísticas e as orientações políticas e ideológicas*” (Tuchamn, 1978, citado por Correia, 2016: 9; Lipschultz, 2007). Deste modo, é o

enquadramento mediático que exerce impacto sobre os *frames* individuais ao nível da atribuição de um significado comum, na formação da opinião e ainda, na definição de atitudes e comportamentos.

Neste sentido, o enquadramento (ou *framing*) corresponde a um “*elemento constitutivo*” (Gradim, 2016: 39) da narrativa jornalística, influenciando a perceção e construção da realidade, por parte dos indivíduos. A utilização de esquemas narrativos familiares, metáforas, estereótipos, ou até frases feitas representam uma prática comum no jornalismo, dado que “*ajudam a compreender e descrever o mundo, construindo pontes de familiaridade com os leitores (...) estruturando o pensamento e a ação*” (Gradim, 2016: 39).

No que respeita ao fenómeno terrorista, o efeito de *framing* é largamente explorado pelos membros dos grupos terroristas, para que os meios de comunicação produzam a sua própria perspetiva a respeito da realidade em causa e, como tal, a sua concretização ocorre através da utilização de uma terminologia muito própria, além da “*construção e disseminação de mensagens e vídeos que pretendam criar uma moldura delimitadora do fenómeno*” (Faustino, 2018: 45-46). De facto, a teatralização dos atos terroristas, isto é, o seu carácter de espetacularidade e organização prévia, permite que a sua cobertura mediática não corresponda somente à disseminação de informação, mas também à construção de uma determinada realidade com propósitos muito bem definidos.

Assim sendo, e segundo Lipschultz (2007), o efeito de *framing* corresponde a uma abordagem teórica que tenta “*compreender a produção, o conteúdo e a influência*” exercida pelas narrativas jornalísticas, tendo em conta as transformações sociais, culturais e tecnológicas (Gradim, 2016). Na verdade, a tendência aponta no sentido de uma seleção e interpretação da informação baseada não nas crenças adquiridas, mas sim nas relações construídas nas e com as redes sociais; os agregadores de notícias a par dos motores de busca oferecem uma informação cada vez mais personalizada e restrita (Ledwing, Anderson, Brassard, Scheufele & Shaw, 2010, citado por Gradim, 2016).

A par das preocupações já existentes em relação aos meios de comunicação de massas, surgem novas preocupações voltadas para os novos *media*, em particular com a Internet, uma vez que esta se tem revelado um veículo essencial para a propaganda da causa e interesses terroristas. A televisão continua a ter uma presença muito importante no nosso quotidiano, ou não tivesse sido esta a maior evolução dos meios de comunicação das últimas décadas. No entanto, o rápido e acelerado desenvolvimento da Internet provocou a difusão da informação sem qualquer controlo ou seleção por parte dos jornalistas; o acesso

é direto e com um alcance sem precedentes e, como tal, torna-se um meio bastante apreciado pelas organizações terroristas, dado que conseguem transmitir as suas mensagens, da forma que querem e sem qualquer filtragem. É através da Internet que os diversos grupos terroristas promovem a disseminação de informação acerca dos seus interesses, motivações e ações terroristas bem-sucedidas, comunicam uns com os outros (utilizando maioritariamente códigos de encriptação), organizam e gerem as suas ações e os consequentes ataques terroristas, aliciam novos apoiantes, recrutam novos membros, transmitem as suas mensagens, exigências e ameaças, sem qualquer filtragem, além da recolha de fundos essenciais à própria sobrevivência e manutenção do grupo ou organização terrorista (Nacos, 2000; Faustino, 2018).

Media e Terrorismo, a relação simbiótica

“Os terroristas estão mais interessados na publicidade (e cobertura mediática) do que nos assassinatos.” (Luengo, 2001)³

Mais do que as vítimas humanas imediatas e os danos materiais causados, as organizações terroristas esperam obter uma ampla cobertura mediática dos seus atos violentos, catastróficos e inesperados (Luengo, 2001); quanto mais alargada e sensacionalista for a cobertura oferecida pelos *media*, maior será o impacto causado.

Os meios de comunicação social e o terrorismo envolvem-se numa relação simbiótica, de interesse e benefício mútuo; se, por um lado, os grupos terroristas precisam dos *media* para a concretização plena dos seus objetivos, enquanto instrumento de propaganda e expressão das suas motivações e interesses, por outro, são os acontecimentos chocantes, dramáticos, imprevisíveis e sensacionais que representam os “*valores-notícia*” fundamentais despertando a atenção do público e mantendo o consumidor-cidadão focado na informação disseminada, do qual depende o aumento e consolidação das audiências (Letria, 2001; Luengo, 2001; Nacos, 2006). Como tal, é importante compreender quais os interesses por detrás da cobertura mediática oferecida aos ataques terroristas, ao mesmo tempo que é necessário perceber como é que essa mediatização é aproveitada pelos grupos perpetradores do terror (Évora, 2006).

³ Tradução livre.

Nacos (2006) identifica os quatro objetivos principais dos grupos terroristas tendo em vista a maior cobertura mediática possível: (1) consciencialização e intimidação, uma vez que os grupos terroristas, através do controlo do conteúdo noticioso, têm como finalidade intimidar a população-alvo, espalhar o medo e minar os principais valores do sistema político das sociedades alvo; (2) reconhecimento das suas motivações e interesses, potenciado pelos meios de comunicação que se tornam imprescindíveis, na medida em que constroem uma explicação para a causa terrorista, para os objetivos das organizações terroristas e até para as suas reivindicações; os terroristas querem os indivíduos a questionarem o porquê de terem sido eles o alvo das ações terroristas, o porquê de tanto ódio, quais serão os motivos para os ataques terroristas; (3) respeito por parte dos seus pares, apoiantes e eventuais futuros membros; e, (4) legitimidade com base na propagação dos seus vídeos, pela repetição dos momentos de terror e pela difusão de entrevistas aos profissionais perpetradores do terror; os terroristas pretendem atingir um determinado *status* que lhes permita um tratamento mediático idêntico ao dos líderes políticos.

Os meios de comunicação social, além do principal meio de informação das sociedades modernas, funcionam como um instrumento psicológico ao serviço dos grupos terroristas, contribuindo para a amplificação do sentimento de medo e insegurança; os ataques terroristas provocam o medo por força do seu carácter destrutivo e imprevisível, além da colaboração dos *“media que “participam” colateralmente em todos os ataques”* (Perešin, 2007: 7)⁴. A cobertura mediática representa, assim, o objetivo estratégico do terrorismo, na medida em que, quanto maior for o grau de violência e destruição maciça, tanto maior será o seu nível de espetacularidade e tragédia, essenciais à elevada visibilidade mediática, que pode conduzir ao êxito, quase absoluto, dos seus objetivos e demandas (Letria, 2001).

As manchetes da imprensa escrita, a abertura dos noticiários televisivos ou até o destaque noticioso da imprensa *online* apresentam uma carga fortemente negativa, contribuindo para a mediatização do terror; as desgraças seguem-se umas às outras, como se de um carrossel se tratasse e, *“a explicação do mundo reduz-se cada vez mais a uma volta ao mundo do sofrimento”* (Rebelo, 2006: 23). De facto, além dos interesses económicos e empresariais presentes na cobertura mediática dos atos terroristas, os *media* tendem a ir de encontro àquele que é o interesse do público e, *“a verdade é que o público parece ter um fascínio por dramas humanos, tragédias e tudo o que remeta para o atípico e o inesperado”* (Faustino, 2018: 53-54). Por isso, não é surpreendente o facto de que o alvo

⁴ Tradução livre.

terrorista, previamente definido, sejam as grandes metrópoles, alcançando um impacto destrutivo e mediático muito maior. De facto, os meios de comunicação social contemporâneos caracterizam-se pela produção e disseminação, de forma instantânea e viral, de um incalculável volume de conteúdos informativos, dos quais fazem parte as imagens ilustrativas da realidade social (Artrip & Debrix, 2018); como tal, é inevitável que os *media* se tornem produtores e reprodutores das mensagens e imagens do terror e da violência, fazendo parte do plano comunicativo das organizações terroristas. Além disso, é através da cobertura mediática excessiva que os grupos terroristas conseguem intervir e perturbar as ações das autoridades governamentais e forças de segurança, e até incitar e recrutar novos apoiantes e aliados para as causas que defendem (Faria, 2007; Perešin, 2007).

Neste sentido, a violência perpetrada pelos terroristas faz parte do processo comunicativo do próprio terrorismo porque, mais do que um ato de violência, o terrorismo pressupõe a existência de uma mensagem. Os danos materiais e as vítimas humanas simbolizam os meios para alcançar os fins, tendo a violência e a morte um valor comunicativo (Cui & Rothenbuhler, 2018). As vítimas e feridos têm uma mensagem subentendida, *“qualquer um, a qualquer momento, em qualquer lugar, café, restaurante, sala de espetáculos, transporte público, pode ser um alvo”* (Rocha, 2017: 88). Deste modo, é o ambiente de medo global aliado à globalização do terror e do caos que sustentam as ações terroristas; sem a sua cobertura mediática excessiva, o impacto da violência exercida aleatoriamente, ficaria circunscrito às suas vítimas imediatas.

Na realidade, tanto os *media* quanto os grupos terroristas ambicionam alcançar a máxima audiência possível; por isso, nos últimos anos, os principais ataques terroristas foram alvo de uma visibilidade mediática excessiva por parte de todos os meios de comunicação social, além de um intenso debate na esfera pública, política e mediática. Além disso, até há alguns anos atrás, a televisão constituía-se como o principal meio de comunicação presente na estratégia terrorista, dada a sua principal característica de transmissão da informação de forma instantânea e *nonstop* (Faria, 2007). Não obstante, os grupos terroristas começaram a tirar proveito de todas as ferramentas que a Internet lhes oferecia, sendo através desta que os grupos terroristas produzem e disseminam a informação que pretendem, sem qualquer filtragem por parte dos jornalistas, além de funcionar como meio de comunicação interna, entre os seus membros, e ainda, como fonte de recrutamento e captação de recursos (Faria, 2007; TESAT, 2018).

Assim sendo, quanto maior for o tempo de antena e o destaque mediático conferidos aos atos terroristas, maior será a amplificação dos seus efeitos na opinião pública e na esfera política, uma vez que *“a denúncia converte-se em promoção, a crónica do horror em serviço prestado, a informação pormenorizada em precioso tempo de antena”* (Letria, 2001: 14). Como tal, é imprescindível compreender a dimensão dos efeitos que esta relação simbiótica atinge, tendo em conta que as medidas antiterrorismo possibilitam a concretização das demandas terroristas, a exacerbação da atmosfera de medo e insegurança por tempo indeterminado, ou até a discussão em torno das restrições impostas às liberdades individuais e coletivas. De facto, a adoção de medidas antiterrorismo que impliquem limites à livre difusão de informação, constituem um dos principais dilemas dos meios de comunicação social face ao tratamento informativo dos ataques terroristas; por um lado, uma imprensa baseada na livre difusão de factos e opiniões está mais suscetível de se tornar um meio de expressão dos grupos terroristas, mas, por outro lado, os limites à livre difusão da informação sobre os atos terroristas, e as organizações que os arquitetam, põe em causa os valores e princípios básicos das sociedades democráticas, entre eles, o direito à liberdade de imprensa, colocando questões relativas à censura, à confiança e credibilidade dos meios de comunicação social (Faria, 2007; Perešin, 2007).

Ora, a cobertura dos ataques terroristas enquanto fenómenos mediáticos, para além de difundir e prolongar o sentimento de medo e insegurança, contribui para a sensação de vazio na estrutura social, dado que a atuação dos governos e forças de segurança se revela insuficiente, antes, durante e após o término dos atentados terroristas. Efetivamente, os *media*, ao reproduzirem excessivamente e de forma continuada os momentos de terror tornam-se, por um lado, um instrumento de expressão das motivações e interesses terroristas, e, por outro lado, um instrumento de expressão da opinião pública, e de pressão sobre o poder político e securitário, revelando a urgência de uma atuação mais rápida e eficaz, a par da necessidade de alteração de algumas políticas internas (Faria, 2007; Letria, 2001). Além disso, a cobertura mediática por parte dos *media* pode revelar-se útil, em estreita colaboração com as autoridades, na transmissão de avisos importantes e de quais as medidas que devem ser tomadas em caso de comportamentos suspeitos (Perešin, 2007).

No entanto, é importante termos em linha de conta a questão da banalização do terror, potenciada pela reprodução descontrolada, mas intencional, das imagens, vídeos e mensagens representativas da violência aleatória e do terror, por parte dos meios de comunicação social que, ao cumprirem as suas funções de informar e alertar a opinião pública, revelam-se, inevitavelmente, *“os portadores da mensagem terrorista”* (Letria, 2001: 24). O terrorismo é (re)produzido para ser comercializado pelos *media* como qualquer outro

produto mediático e, por isso, o tratamento informativo dos atos terroristas é influenciado pelas agendas política, económica e ideológica em voga. A este respeito, o discurso mediático dos *media*, no geral, e dos *media* Ocidentais, em particular, assenta na ideia de que o Ocidente representa a democracia, os valores da liberdade, pertencendo ao lado do Bem e, por oposição, tendem a conotar o “outro”, o terrorista como um ser destruidor, uma ameaça à liberdade e aos valores fundamentais da democracia, pertencendo ao lado do Mal (Évora, 2006).

Além da natureza negativa característica dos atentados terroristas, ainda acresce a conotação estereotipada por parte dos *media*, isto é, os ataques terroristas levados a cabo por indivíduos com características caucasianas, e originários da Europa, obtêm uma cobertura mediática diferente por parte dos meios de comunicação, sendo as suas motivações raramente apontadas como religiosas e/ou políticas – geralmente são identificados como indivíduos com perturbações psicológicas; já nos ataques perpetrados por indivíduos com características orientais, e originários do Médio Oriente, os seus interesses são, quase de imediato, indicados como religiosos e políticos. Na verdade, os estereótipos que cruzam o Médio Oriente, o Islão, o povo muçulmano e as suas crenças, tal como a violência, a luxúria e a barbárie (Lipschultz, 2007) ainda estão fortemente presentes nas narrativas jornalísticas sobre os atentados terroristas, especialmente se estes tiverem lugar na Europa.

Além disso, é frequente a responsabilização dos meios de comunicação social pela amplitude exagerada que o movimento terrorista tem alcançado; já anteriormente alguns atores políticos tinham manifestado publicamente o seu desagrado perante a cobertura mediática dos atos terroristas – em 1985, Margaret Thatcher refere a importância dos jornalistas “*negarem aos terroristas o oxigénio da publicidade*” e, em 1986, Albin Challadon alerta para que “*a Imprensa entenda que o movimento terrorista repousa sobre a informação*” (Thatcher, 1985 & Challadon, 1986 citados por Resendes, s.a.: 3). Não obstante, devemos ter em consideração que, independentemente da adoção de medidas antiterrorismo mais ou menos apertadas, as organizações terroristas vão encontrar uma forma de contornar as restrições informativas e as limitações fronteiriças; a evolução tecnológica assim o permite, está tudo ao alcance de um clique e a pouco tempo de chegar ao mundo inteiro.

Por isso, a cobertura mediática dos ataques terroristas deve ajustar a ênfase e a conotação da informação transmitida tendo em consideração “*as consequências imediatas e a longo prazo*”, além da preocupação inerente à divulgação da informação fidedigna e

confirmada pelas autoridades e fontes oficiais. Os meios de comunicação devem distanciar-se da *“glamourização excessiva”* (Faria, 2007: 165) e trabalhar em conjunto com as forças de segurança, evitando a fuga de informações sensíveis e que possam perturbar a atuação das autoridades, ou até colocar a vida de inocentes em perigo (Faria, 2007). Neste sentido, os *media* devem, acima de tudo, guiar-se pelos princípios e valores deontológicos que aplicam à cobertura mediática de qualquer outro fenómeno mediático, optando por um tratamento contido e cuidado da informação; devem *“ter o tato para saber o que dizer, como dizer e quando dizer”* (Adarraga, 2004). Resendes considera fundamental a existência de um *“ponto de equilíbrio em que (os media) consiga(m) conciliar o seu natural direito e dever de informar com as precauções inerentes à abordagem de um fenómeno em que a divulgação é um dos aspetos fulcrais”* (Resendes, s.a: 1).

Ora, de acordo com a Europol, em 2017, tornou-se evidente a dificuldade em localizar conteúdos produzidos pelos grupos terroristas, em língua inglesa, nas principais plataformas de *social media*, entre elas o *Facebook* e o *Instagram*; tal é possível devido à rápida atuação das empresas que gerem estas plataformas *online*, removendo ou controlando a divulgação de vídeos/imagens, mensagens e discursos, ou qualquer outro tipo de conteúdos, que reproduzam e/ou incitem à violência indiscriminada contra alvos civis (TESAT, 2018). Porque, de facto, mais do que as consequências diretas do terrorismo, importa perceber de que forma é que este fenómeno de larga escala afeta os agentes governamentais e forças de segurança, que tendem a agir impulsiva e exageradamente; o objetivo passa pela criação de uma política de contraterrorismo eficaz que garanta a segurança e os valores da própria sociedade, como o Estado de Direito, a liberdade individual e coletiva, o pluralismo social, as instituições democráticas e até o acesso aos diversos espaços de usufruto público (Laqueur & Wall, 2018).

Em suma, o terrorismo tende a tornar-se mais uma falha de governação dos Estados-Nação, e da dificuldade de articulação das políticas internas e externas com as forças de segurança e os meios de comunicação social. Os terroristas pretendem desafiar as autoridades estatais, abalando a legitimidade dos governos e, é nos meios de comunicação social que encontram o meio mais imediato, tendo em conta o alcance mediático que pretendem adquirir.

CAPÍTULO II, QUESTÕES METODOLÓGICAS

A pesquisa científica não se resume a um simples processo constituído por diferentes etapas que devem respeitar uma ordem sequencial; pelo contrário, caracteriza-se essencialmente pela contínua interação entre as diversas etapas que dela fazem parte. Todo o processo de pesquisa científica representa *“uma atividade de investigação capaz de oferecer e portanto, produzir um conhecimento “novo” a respeito de uma área ou de um fenómeno (social), sistematizando-o em relação ao que já se sabe”* (Ribeiro, 2008: 130; Luna, 1998).

Neste sentido, e uma vez definidos os objetivos da presente pesquisa académica, que permitiram a construção da questão que guiará a mesma – *“Qual o papel dos media na cobertura mediática dos ataques terroristas de Paris, reivindicados pelo autoproclamado Estado Islâmico?”* – foi necessária a elaboração de um quadro de referências teóricas, fazendo um levantamento dos principais conceitos enquadrados na temática da construção de narrativas jornalísticas sobre os ataques terroristas, a par das teorias já existentes a respeito da relação existente entre o fenómeno do terrorismo e os meios de comunicação social.

Numa etapa posterior, e tendo como suporte teórico os estudos anteriormente realizados a par das teorias já formuladas, importa definir as hipóteses de investigação, que serão testadas através da técnica de investigação que melhor se adequa à temática em estudo; será através da análise da informação recolhida que, posteriormente, nos será permitido confirmar ou infirmar as hipóteses definidas. Como tal, as hipóteses de investigação que farão parte desta pesquisa serão:

- **H1:** O terrorismo é uma ameaça cada vez mais global, potenciada pela cobertura mediática dos meios de comunicação social e pela Internet.
- **H2:** A tragédia, a interrupção do quotidiano e a proximidade são valores fundamentais na definição da cobertura mediática dos ataques terroristas.
- **H3:** As narrativas jornalísticas contribuem para a banalização do terror, tendo em conta a reprodução excessiva das imagens dos ataques terroristas, em particular dos ataques a Paris, a 13 de novembro de 2015, e das mensagens produzidas pelos grupos terroristas, especialmente pelo Estado Islâmico.
- **H4:** O discurso mediático produzido pelos *media* Ocidentais tende a ser estereotipado, difundindo a ideia de que os autores dos ataques terroristas têm, frequentemente, ligações étnicas e religiosas ao Médio Oriente.

Assim sendo, importa ainda delimitar e contextualizar aquele que será o nosso objeto de estudo, dado que, por um lado, este não deve ser demasiado vasto e, por outro lado, o período de recolha de informação empírica não deve ser muito reduzido.

Contextualização do objeto de estudo

Os ataques terroristas ocorridos em Paris, a 13 de novembro de 2015, constituem o objeto de estudo da presente investigação de cariz académico e científico. Como tal, importa contextualizar, embora que brevemente, aqueles que foram os “*vários ataques coordenados na capital francesa no maior atentado da última década na Europa*” (PÚBLICO, 2015)⁵, bem como alguns dos principais acontecimentos que se seguiram.

A verdade é que estudos recentes alertam para o facto da Europa estar a tornar-se, cada vez mais, o centro de ataques terroristas com elevados níveis de violência discricionária; desde o tiroteio ao *Charlie Hebdo*, em 2015, que a Europa tem sido alvo de ataques particularmente violentos por parte do autoproclamado Estado Islâmico (Laqueur & Wall, 2018). Um relatório da Europol dá conta de que a maioria dos atentados ocorridos na Europa foram cometidos por lobos solitários terroristas⁶ inspirados pela ideologia defendida pelo Estado Islâmico (Laqueur & Wall, 2018).

Por isso, recuemos até Paris, a 13 de novembro de 2015. Enquanto decorria um jogo de futebol no *Stade de France*, entre as seleções nacionais francesa e alemã, ouviram-se três explosões no exterior do estádio; ao mesmo tempo, na histórica sala de espetáculos, *Le Bataclan*, onde estava a ter lugar um concerto da banda de rock norte-americana *Eagles of Death Metal*, três bombistas suicidas provocaram o caos, além do tiroteio que ocorria à porta de vários cafés e restaurantes como o *Carillon*, o *Petit Camboge*, o *Bonne Bière*, o *Comptoir Voltaire* e o *Belle Équipe*. Foram seis os ataques terroristas reivindicados pelo autoproclamado Estado Islâmico, que marcaram a noite de 13 de novembro de 2015, na capital francesa. A violência aleatória, o terror e a interrupção do quotidiano dos parisienses e turistas representa a principal mensagem que o Estado Islâmico, à semelhança dos demais grupos terroristas, pretende difundir – “*qualquer um, em qualquer lugar e a qualquer hora, poderá ser um alvo*”.

⁵ PÚBLICO, 13-11-2015, atualizada a 14-11-2015.

⁶ Entende-se por lobo solitário terrorista, todo o terrorista que opta pelo *modus operandi* individual e independente, não estando vinculado a um grupo ou organização terrorista em concreto, mas que pode ser influenciado pelas motivações, interesses e ideologia característica de determinado grupo terrorista.

Os ataques terroristas de Paris ocorreram em sítios diferentes, ao mesmo tempo e recorrendo à mesma forma de atuação, isto é, indivíduos com o rosto visível, a saíram de diversos veículos, disparando aleatoriamente, utilizando metralhadoras e outras armas com um elevado alcance mortífero, além do recurso aos bombistas suicidas (OBSERVADOR, 2015)⁷. O dia 13 de novembro de 2015 ficou marcado por um dos mais mortíferos ataques terroristas ocorridos na Europa, no século XXI, provocando mais de 120 vítimas mortais e mais de 350 feridos.

Os momentos que se seguiram, embora caracterizados pelos sentimentos de medo e insegurança, foram essenciais para que todos os meios e medidas de segurança fossem acionadas, a fim de garantir a segurança da população. França decretou o estado de emergência e fechou as fronteiras, mobilizando mais de 1500 militares para a capital, para o patrulhamento das ruas (OBSERVADOR, 2015)⁸. Além disso, muitos foram os moradores que abriram as portas das suas casas para acolher outros parisienses, e até muitos turistas, que andavam completamente desorientados pelas ruas, sem saberem para onde e como ir, uma vez que a circulação de veículos e transportes públicos foi interrompida, de imediato.

Ora, apesar de aparentemente ser um objeto empírico excessivamente vasto, a verdade é que o destaque dos meios de comunicação social foi preferencialmente conferido aos ataques ao *Stade de France*, onde decorria um jogo de futebol, com a presença do então presidente François Hollande, e ao *Le Bataclan*, onde estava a ter lugar o concerto dos *Eagles of Death Metal*. Neste sentido, é igualmente objetivo desta pesquisa, compreender as diferenças respeitantes aos diferentes valores-notícia implicados na ampla cobertura mediática dos ataques terroristas em Paris, tendo-se verificado a interrupção das emissões dos canais generalistas nacionais, além das manchetes de todos os jornais, nas 48 horas seguintes.

Breves considerações sobre a estratégia metodológica – Entrevista

A abordagem metodológica em que nos iremos apoiar para a recolha e análise da informação empírica será a abordagem qualitativa, uma vez que o nosso objetivo principal é “*compreender e encontrar significados através d(as) narrativas verbais*” (Bento, 2012: 1) dos jornalistas para a cobertura mediática dos ataques terroristas, com especial enfoque para os ataques ocorridos em Paris, a 13 de novembro de 2015.

⁷ OBSERVADOR, 13-11-2015, última atualização do *liveblog* 14-11-2015.

⁸ OBSERVADOR, 13-11-2015, última atualização do *liveblog* 14-11-2015.

Na verdade, a pesquisa qualitativa tem como princípio fundamental a compreensão pormenorizada das características e sentidos atribuídos à realidade social em estudo. Como tal, e de acordo com os propósitos desta pesquisa, a recolha de informação empírica através da realização de entrevistas é a técnica que nos parece mais adequada porque, de facto, *“qualquer discurso deve ser considerado pelo que é: enquanto meio de apreender práticas, fornece uma imagem do real correspondente à percepção seletiva que o locutor tem dele”* (Ruquoy, 1997: 90). A entrevista corresponde a um processo de interação social, *“predominantemente – ainda que não apenas – discursiva”* (Ferreira, 2014: 982), através da qual o investigador procura obter informação empírica relevante a respeito da realidade em causa; espera-se dos entrevistados, enquanto representantes de um grupo social e/ou profissional distinto, um discurso representativo dos valores, crenças, comportamentos, motivações e opiniões face à realidade em estudo (Haguette, 1997, citado por Boni e Quaresma, 2005; Duarte, 2004; Foddy, 2002; Ribeiro, 2008; Ruquoy, 1997; Sousa, 2006, citado por Temer & Tuzzo, 2017).

A entrevista, enquanto técnica metodológica qualitativa, é uma *“fonte de matéria-prima”* imprescindível (Foddy, 2002: 11), uma vez que fornece *“material empírico rico e denso o suficiente para ser tomado como fonte de investigação”* (Duarte, 2004: 216). Ferreira (2014) considera, deste modo, que a entrevista *“mais do que recolher informação “realista” sobre factos, permite o acesso a uma narração que os comenta, valoriza, interpreta, relaciona e contrasta com outros factos”* (Ferreira, 2014: 984).

Neste sentido, optámos pela realização de entrevistas semiestruturadas que se caracterizam pela utilização de um guião composto por tópicos e perguntas previamente definidas, formuladas de forma a permitir que o entrevistado produza um discurso fluido, flexível, verdadeiro e autêntico, de acordo com o seu ponto de vista, ao invés daquele que é socialmente aceite e esperado (Boni & Quaresma, 2005; Ribeiro, 2008). Sobre as vantagens da utilização de entrevistas nas pesquisas científicas, Ribeiro (2008) destaca a adaptabilidade na aplicação das entrevistas; a flexibilidade de adaptação da maioria dos entrevistados ao nível da (in)formalidade ou a elevada taxa de participação dos entrevistados; Bell (1997) refere ainda as respostas desenvolvidas e clarificadas, por comparação ao inquérito por questionário, por exemplo. No entanto, a verdade é que a realização de entrevistas provoca limitações ao próprio investigador que deve refletir, frequentemente, sobre o seu papel, reconhecendo os eventuais enviesamentos, além dos seus valores e interesses pessoais; o anonimato é igualmente uma questão importante, uma vez que os entrevistados revelam elevada preocupação a este respeito (Bento, 2012).

Ora, a recolha dos testemunhos relevantes para o desenvolvimento desta pesquisa foi realizada por correio electrónico e por telefone. O recurso ao envio do guião de entrevista por e-mail e da entrevista feita por telefone revela-se particularmente útil quando o tempo do entrevistado é escasso ou a conciliação de horários entre os entrevistados e o investigador se torna difícil (Cavellcanti, 2005). A ideia inicial seria recorrer ao mesmo modo de aplicabilidade em ambas as entrevistas, isto é, o envio do guião de entrevista por e-mail. Mas tal não foi possível; Fátima Faria respondeu às perguntas por e-mail, tanto o primeiro conjunto como o segundo conjunto para alguns esclarecimentos e João de Almeida Dias concedeu-nos a entrevista por telefone.

No que toca à entrevistas realizadas por e-mail, os entrevistados tendem a fornecer respostas mais completas e precisas, uma vez que, por um lado, têm tempo para pensar e refletir sobre as questões colocadas e, por isso, verifica-se uma menor possibilidade de se perder informação importante, o que se verifica ser mais provável nas entrevistas presenciais ou por telefone e, por outro lado, a influência inevitável do ponto de vista do investigador sobre o entrevistado é reduzida (Cavellcanti, 2005). Ainda assim, é importante ter em linha de conta que esta opção de aplicação de entrevistas – tanto por correio electrónico quanto por telefone – não permite a captação de elementos não-verbais, que podem ser relevantes para a interpretação de determinadas respostas. Ainda no que diz respeito às entrevistas por e-mail, o envio das respostas dos entrevistados pode demorar mais do que o previsto, comprometendo a investigação e, os esclarecimentos, em caso de dúvidas por parte dos entrevistados não é impossível, mas torna-se mais difícil e demorado, tal como o aprofundamento de alguma questão que se revele interessante e relevante com a obtenção das primeiras respostas (Cavellcanti, 2005).

Assim sendo, foram aplicadas duas entrevistas a dois jornalistas que considerámos relevantes para o desenvolvimento da presente pesquisa académica – Fátima Faria, jornalista da RTP e auditora do Curso de Defesa Nacional 2005/2006, é autora do artigo “*O Papel dos Media na Luta Contra o Terrorismo: que Cobertura Mediática dos Atos Terroristas?*” que foi o mote para alguns dos trabalhos académicos já realizados como igualmente para a presente dissertação, focando alguns dos pontos mais importantes em análise e João de Almeida Dias, jornalista de Negócios Estrangeiros no Observador, participou na cobertura mediática dos ataques terroristas a Paris, a 13 de novembro de 2015. De facto, consideramos que o jornal Observador, além da sua relevância perante a opinião pública, é aquele que apresenta uma ampla e mais completa cobertura mediática dos ataques a Paris.

Ambas as entrevistas⁹ tinham como objetivo perceber a opinião dos jornalistas face ao tratamento informativo a respeito dos ataques terroristas, focando quatro dimensões de análise essenciais: (1) Terrorismo, procurando compreender quais as principais características dos ataques terroristas a Paris e do grupo perpetrador dos ataques, o Estado Islâmico, (2) Meios de Comunicação Social, com o intuito de analisar qual o papel, ou papéis, que os mesmos desempenham na cobertura mediática dos ataques terroristas e respetivas implicações na cobertura dos mesmos, (3) Narrativas Jornalísticas, para perceber se existe, de facto, uma “*glamorização excessiva*” (Faria, 2007) e uma banalização do terror através do tratamento informativo que é feito, e (4) Influência dos Novos Media na estratégia dos grupos terroristas. Neste sentido, à jornalista Fátima Faria foram feitas perguntas mais generalizadas e direcionadas para o esclarecimento de alguns pontos que aborda no seu artigo; já na entrevista a João de Almeida Dias, as questões incidiram essencialmente sobre a cobertura mediática aos ataques terroristas de Paris.

⁹ Os respetivos guiões de entrevista podem ser consultados em anexo.

CAPÍTULO III, ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

O papel dos *media* na construção de narrativas jornalísticas sobre os ataques terroristas

O padrão dos ataques terroristas e, conseqüentemente, a sua cobertura mediática tem vindo a modificar-se, essencialmente devido à proliferação da Internet e das Redes Sociais bem como ao desenvolvimento da Era da Globalização. Como tal, uma análise transversal das respostas de Fátima Faria permitiu-nos compreender, quase de imediato, que mesmo tendo já passado mais de uma década desde que publicou o seu artigo “*O Papel dos Media na Luta Contra o Terrorismo: que Cobertura Mediática dos Atos Terroristas?*”, a sua opinião em relação ao papel dos *media* na cobertura mediática de ataques terroristas não se alterou. Em relação à análise das respostas fornecidas por João de Almeida Dias, também ficou claro o seu posicionamento quanto ao papel que os jornalistas devem adotar na construção de narrativas jornalísticas de ataques terroristas, como os que marcaram o dia 13 de novembro de 2015, em Paris. De facto, a análise das entrevistas permitiu-nos perceber que os entrevistados não têm opiniões contraditórias, o que não significa que partilhem as mesmas perceções sobre as diversas questões colocadas; há uma complementaridade de ideias.

Na primeira parte da entrevista procurámos compreender as principais características dos ataques terroristas, tendo sempre como pano de fundo os ataques a Paris, reivindicados pelo autoproclamado Estado Islâmico. Neste sentido, João de Almeida Dias caracteriza o terrorismo como atos de violência aleatória, “*em que se mata indiscriminadamente*”, com o objetivo de criar uma atmosfera de medo permanente, disseminando a ideia de que o alvo pode ser qualquer pessoa, em qualquer lugar e a qualquer hora; Fátima Faria acredita que, para além do ambiente de medo e incerteza, a violência discricionária característica dos ataques terroristas pretende atingir um determinado objetivo – de ordem política, religiosa, económica, cultural e/ou social.

A este respeito, a natureza dos objetivos dos grupos terroristas para a perpetuação do terror e do medo tem gerado alguma discussão entre a comunidade académica e científica, mas serão os próprios jornalistas, com base na sua observação empírica, quem nos poderá dar uma visão mais clara. Ambos os entrevistados afirmam que o terrorismo contemporâneo continua a ser movido por interesses essencialmente políticos, embora se deva, cada vez mais, equacionar os interesses religiosos, especialmente quando analisamos as ações terroristas perpetuadas por grupos extremistas, como o Estado Islâmico. Fátima Faria considera que toda e qualquer ação terrorista é levada a cabo tendo

em vista um objetivo político, seja ele o protesto *“contra ações militares em determinados países”*, a contestação face à política migratória ou a *“influência nas decisões políticas”*; já João de Almeida Dias considera que as ações terroristas têm sempre uma *“certa raiz política”*, mas *“hoje em dia, a maior parte do terrorismo tem motivações religiosas”*.

Em relação aos ataques terroristas a Paris, a 13 de novembro de 2015, Fátima Faria acredita que os objetivos do Estado Islâmico eram bastante claros sem qualquer tipo de mensagem subentendida, foram *“um ataque ao modo de vida e hábitos ocidentais, espelhando o terror na população comum, criando a sensação que o perigo pode estar em qualquer lugar”*; João de Almeida Dias defende ainda que os objetivos deste grupo terrorista não foram exclusivos destes atentados, coincidindo com os de outros atentados.

De facto, João de Almeida Dias reflete que, para além do objetivo de *“ganhar visibilidade, influir políticas e gerar medo”*, por um lado, com o intuito de atingir *“algum tipo de consequência e caos político”* e, por outro lado, para criar e disseminar a ideia de que *“isto pode acontecer a qualquer pessoa”*, uma vez que tal como Fátima Faria refere, *“já não estamos seguros em lado nenhum”*, soma-se o objetivo de *“minar o estilo de vida de uma cidade símbolo do mundo ocidental”*, alerta Fátima Faria. A este respeito, João de Almeida Dias defende que dentro da forma de atuação indiscriminada característica dos atentados perpetuados pelo Estado Islâmico, este grupo terrorista definiu um alvo específico, no dia 13 de novembro de 2015 – os ataques em Paris foram direcionados às *“pessoas que vão ver jogos de futebol, pessoas que vão a concertos de rock n’roll, pessoas que vão para esplanadas, bares e restaurantes, ao final da semana”*, ou seja, um ataque às pessoas cujos hábitos quotidianos se revelem *“um pecado aos olhos ou à luz da concepção religiosa”* defendida pelo radicalismo islâmico.

O terrorismo contribui para aquilo a que Fátima Faria, no seu artigo publicado em 2007, denomina por *“estado de medo crónico”* provocado pela dor e sofrimento humano, destruição, pânico e incerteza e, por isso, ambos os entrevistados consideram que o terrorismo é uma ameaça global. Por um lado, e de acordo com a jornalista Fátima Faria, não se confina a *“capitais mundiais (como Londres ou Paris) ou locais simbólicos (como o World Trade Center)”*, podendo acontecer em *“cidades mais pequenas (como Nice ou Christchurch), locais de culto ou mercados”*, tal como os principais alvos já não se restringem aos atores políticos ou forças de segurança, englobam qualquer um de nós; por outro lado, João de Almeida Dias acrescenta que para além das consequências diretas de um atentado terrorista, isto é *“as pessoas que mata, as pessoas que fere e a propriedade que destrói”*, devemos ter em atenção as suas consequências indiretas tanto a nível político

quanto social, ou seja, “os traumas que deixam numa sociedade”. Recuando até aos atentados de Paris, João de Almeida Dias refere que “se fossemos falar com pessoas na rua, nos dias a seguir ao 13 de novembro de 2015, havia o medo genuíno e legítimo de que podia haver um atentado em Portugal (...) não era só nas ruas de Paris que havia polícia e militares com armas bem exclusivamente de guerra, certamente não na mesma dimensão, mas havia isso na Baixa Lisboa”.

Numa segunda fase da entrevista, foram colocadas questões direcionadas ao papel, ou papéis, dos meios de comunicação social na cobertura mediática de ataques terroristas. Foi nesta etapa da entrevista que constatámos que Fátima Faria mantém a posição defendida no seu artigo, publicado em 2007; considera que, por um lado, os meios de comunicação social são principalmente um meio de informação da sociedade, alertando e fornecendo “*informação fundamental sobre socorro, alertas e instruções das autoridades*”, sendo o seu papel essencial para que os cidadãos possam “*fazer a sua “leitura” dos factos e criar a sua opinião sobre as pessoas envolvidas e seus objetivos*” e, por isso, é inevitável que não se tornem um veículo de propaganda da causa terrorista. A verdade é que o alcance global potenciado pela cobertura mediática dos seus ataques faz parte da estratégia comunicativa dos grupos terroristas. Ainda assim, Fátima Faria acredita que existe essa consciência por parte dos meios de comunicação social e por parte dos próprios jornalistas. Neste sentido, a jornalista considera importante a existência de regras na divulgação de vídeos e mensagens terroristas, defendendo que “*devem ser sempre editados, contextualizados e nunca usados na íntegra*”. Por isso, o tratamento informativo dos ataques terroristas, à semelhança de outros acontecimentos com elevado grau de tragédia e sofrimento humano, deve ser feito de “*forma cuidadosa, consciente e respeitando as normas deontológicas*”, acrescenta Fátima Faria.

João de Almeida Dias foca-se no papel dos jornalistas, destacando dois tempos essenciais quando se noticiam ataques terroristas: o tempo do atentado e o tempo pós-atentado. Quando o atentado está a acontecer ou acabou de acontecer, deve haver uma forte articulação com as autoridades, “*deve haver um cuidado de informação factual, não se deve (...) espalhar notícias não confirmadas para não dar azo a situações de pânico, de má informação*”. Depois do atentado, a função dos jornalistas passa essencialmente pelo fornecimento de toda a informação necessária para que os cidadãos possam compreender melhor o que aconteceu e, por isso, os jornalistas “*devem tentar explicar e contextualizar o que aconteceu, como é que afetou algumas pessoas, como é que este tema pode vir a mudar em diferentes quadrantes da sociedade que foi afetada por esse atentado*”; João de Almeida Dias revela-nos que isso é possível através da reportagem, mais do que uma

simples notícia, porque o jornalismo é também *“a arte de contar histórias para melhor compreender o mundo”*.

Neste sentido, João de Almeida Dias considera que não são os meios de comunicação social que se tornam fundamentais para a estratégia dos grupos terroristas, mas antes a cobertura mediática sobre a mensagem terrorista que pretendem passar. Segundo o entrevistado, os jornalistas têm ainda uma função essencial que é a de filtrar as imagens, mensagens e qualquer outro tipo de conteúdo que podem contribuir para a propaganda da causa terrorista, especialmente aquele que é produzido pelos próprios grupos terroristas. Aliás, João de Almeida Dias recorda-nos que durante a cobertura mediática dos ataques terroristas a Paris, a 13 de novembro de 2015, se verificaram atitudes que considera irresponsáveis, por parte de alguns colegas jornalistas e respetivos meios de comunicação. Além das imagens das vítimas, do sofrimento humano e dos destroços, foram divulgados *“vídeos propagandísticos do Estado Islâmico em que eles estão a fazer operações militares na Síria e estão a mostrar o seu armamento (...) imagens que foram preparadas por eles, foram editadas por eles”*.

Ainda assim, e à semelhança de Fátima Faria, João de Almeida Dias considera que a opção de não noticiar um ataque terrorista sob o argumento de que aquilo que não se noticia não volta a acontecer, é *“irresponsável e removida de qualquer noção da realidade”*, até porque se assim fosse *“o que seria os media estarem na posse de informações que têm interesse vital para a população que servem e não a partilharem”*. Falar de terrorismo nos meios de comunicação social é fundamental, tem é que existir uma maior consciência e bom senso, *“não se pode falar de qualquer maneira”*, alerta João de Almeida Dias.

Ora, quando falamos sobre a cobertura mediática de ataques terroristas e, uma vez que, os meios de comunicação social podem tornar-se um meio de propaganda terrorista, é igualmente importante equacionar os eventuais limites à liberdade de informação potenciados pelas medidas antiterrorismo. Neste sentido, e tendo como pano de fundo, os ataques terroristas que marcaram o dia 13 de novembro de 2015, João de Almeida Dias considera que, durante os momentos iniciais, o estado de maior vigilância que se vivia em França bem como as diversas medidas acionadas pelas autoridades locais não tiveram influência direta no jornalismo que estava a ser feito. Pelo contrário, o jornalista reforça, uma vez mais, que considera importante e necessária, a articulação cooperante entre os meios de comunicação social e as autoridades, especialmente durante um atentado e nos momentos iniciais, uma vez que *“nesse momento há uma necessidade de serviço público de dizer às pessoas o que é que elas podem fazer, o que é que não devem fazer, o que é que*

elas devem fazer, em que zonas é que há e não há perigo”; depois do atentado, não se deve descartar a investigação para perceber até que ponto é que a resposta das autoridades e forças de segurança foi parca ou suficiente. Neste sentido, Fátima Faria considera que os meios de comunicação social são, cada vez mais, um instrumento estratégico no combate ao terrorismo, na medida que, junto das autoridades, alertam e informam a população a respeito dos comportamentos e atitudes que devem ser tomadas, além dos comportamentos suspeitos e radicais.

Na terceira etapa da entrevista, as questões estavam direcionadas para as características da cobertura mediática dos ataques terroristas, equacionando a banalização do terror através do tratamento informativo que é feito, pela imprensa televisiva e pela imprensa escrita. Sendo assim, Fátima Faria e João de Almeida Dias destacaram determinados valores-notícia como sendo os principais na construção de narrativas jornalísticas sobre os ataques terroristas: (1) o fator surpresa característico dos ataques terroristas, (2) a dimensão da ação terrorista, ou seja, a dimensão dos danos materiais, (3) o número de pessoas afetadas (vítimas mortais e feridos) e ainda (4) a proximidade, na medida em que as ações terroristas afetam locais e realidades que nos são mais próximas. No que diz respeito aos ataques terroristas a Paris, e fazendo uma análise muito superficial dos títulos das principais peças noticiosas, salta à vista um maior destaque mediático para (1) o atentado ao Stade de France, o que João de Almeida Dias justifica como tendo sido alvo de um valor-notícia meramente cronológico, uma vez que os atentados tiveram início no estádio; e (2) a histórica sala de espetáculos, Le Bataclan *“por uma questão muito simples: das 130 e tal pessoas que morreram¹⁰, a maioria estava lá”*, justifica João de Almeida Dias. Ainda assim, o jornalista considera que a cobertura mediática nos diferentes locais não foi desequilibrada.

Ainda sobre a construção de narrativas jornalísticas sobre os ataques terroristas, vale a pena debruçarmo-nos sobre o efeito de *agenda-setting* e sobre o efeito de *framing* nas peças noticiosas dos ataques terroristas em Paris. Sobre o primeiro, João de Almeida Dias recorda-nos o atentado que houve no dia anterior, a 12 de novembro de 2015, em Beirute, Líbano, e que vitimou 89 pessoas, merecendo *“uma cobertura muito parca em termos mediáticos, tanto durante como depois”*. Recorda-nos ainda a onda de indignação que teve lugar nas redes sociais a esse respeito, com muitas pessoas a dizerem que *“ninguém fala disto e disto ninguém quer saber”*. E, embora o jornalista até compreenda

¹⁰ Os últimos dados oficiais contabilizam 129 vítimas mortais e 350 feridos nos atentados a Paris, a 13 de novembro de 2015.

alguma ponta de verdade nestas críticas, alerta para o facto dos meios nas redações serem finitos, o que condiciona, inevitavelmente, a cobertura mediática de dois acontecimentos trágicos e catastróficos que tiveram lugar com muito pouco tempo de diferença, além do valor-notícia proximidade, estar diretamente relacionado. Porque, se é verdade que a cobertura mediática de realidades que nos são mais próximas, tanto do ponto de vista geográfica quanto dos hábitos e modos de vida, tende a ser mais completa, mobilizando mais meios e mais jornalistas, também é verdade que a população tende a ir ao encontro de matéria noticiosa a respeito da realidade que lhe é mais próxima, com a qual se identifica mais. Aliás, João de Almeida Dias revela-nos que *“eu enquanto jornalista já tive essa experiência, eu escrevo sobre assuntos que não são tão relacionados com realidades que nos são mais próximas e esses artigos não são lidos, ou são muito pouco lidos”*, chegando mesmo a equacionar *“se nesse dia tivesse havido apenas os atentados em Beirute e nunca os de Paris, isso teria sido notícia, provavelmente teria merecido mais destaque do que aquele que acabou por merecer, mas a verdade é que a maior parte das pessoas provavelmente nem tinha ligado grande coisa e nem tinha tentado perceber o que é que se passou ali”*.

Em relação ao efeito de *framing*, João de Almeida Dias aborda a questão do estereótipo que associa o terrorismo à população muçulmana, uma vez que *“a maior parte dos atentados terroristas têm partido de pessoas que provém desse meio”*. Apesar de admitir que existe uma tentativa desonesta e perigosa para *“rotular toda uma população como sendo terrorista, ou potencialmente terrorista”*, considera que na maior parte dos casos, não é *“com o intuito de denegrir e de pôr de tudo numa luz muito negativa”*; a verdade é que a estereotipização do discurso mediático, especialmente o produzido pelos *media* ocidentais, deve-se em grande medida à existência de uma narrativa do Nós (Ocidente) e Eles (Oriente), uma divisão social já existente que não foi criada pelos meios de comunicação social.

Uma outra questão que considerámos relevante na cobertura mediática de ataques terroristas, prende-se com a banalização do terror através da frequência e repetitividade de imagens e vídeos das vítimas, do caos e dos destroços que circulam pelos diversos meios de comunicação social. *“Há limites que devem ser respeitados”*, diz-nos Fátima Faria. A entrevistada acredita que *“não acrescenta nada ver corpos mutilados nem caras de pessoas mortas. Nem os momentos mais críticos de um incidente. Não preciso de ver um suicida detonar a bomba para perceber que houve um atentado”*; ainda assim, estes são exemplos das imagens que continuam a circular em todos os meios de comunicação social, sempre que noticiado um ataque terrorista. Aliás, a cobertura mediática dos atentados de Paris

revela-nos isso mesmo, e a memória de João de Almeida Dias também – *“Eu lembro-me de ver (...) na própria noite dos atentados (...) imagens de pessoas a saírem por uma porta traseira do Bataclan, uma pessoa a arrastar-se pelo chão ou a coxear, várias pessoas a fugir, algumas que já tinham sido atingidas, outra que estava literalmente pendurada no parapeito de uma janela de um 1.º ou 2.º andar do edifício do Bataclan”*. A verdade é que aconteceu, mas na opinião de João de Almeida Dias, não deveria ter acontecido, simplesmente porque estas imagens deveriam ter sido filtradas, uma vez que essa é também uma função dos jornalistas. Como tal, João de Almeida Dias apresenta três elementos justificativos que devem ser tidos em conta sempre que as imagens representativas de violência e sofrimento humano possam fazer parte das peças noticiosas. Em primeiro lugar, é importante ter em conta a possibilidade de estarem crianças a ver essas imagens chocantes; depois, este tipo de imagens gratuitas provoca, muitas vezes, sofrimento desnecessário aos familiares das vítimas, quando sabem que eles estão no local do atentado e não os conseguem contactar ou quando nem sequer sabiam que eles estavam ali, até porque *“pouca gente querera ver o seu filho ou filha, seja o que for, numa poça de sangue”*; e, por último, o impacto propagandístico que esse tipo de imagens acaba por ter do ponto de vista terrorista, uma vez que demonstram situações de caos e de fragilidade, forças motoras dos grupos terroristas radicais.

Fátima Faria é jornalista na imprensa televisiva. João de Almeida Dias é jornalista na imprensa escrita. Por isso mesmo, tentámos perceber as principais diferenças entre a cobertura mediática entre os dois meios de comunicação social e se isso influencia, ou não, o sensacionalismo da mesma. Neste sentido, João de Almeida Dias argumenta que por questões logísticas e técnicas, a cobertura acaba sempre por ser diferente; em televisão, o tempo de antena num telejornal é reduzido e a profundidade acaba sempre por ser afetada. Enquanto que num jornal *online*, o jornalista pode ocupar um espaço quase ilimitado, numa grelha televisiva, tal não se verifica; além disso, e de acordo com Fátima Faria, *“nem sempre são editadas as imagens e bem analisados todos os planos que chegam às redações”*, considerando que a televisão ainda é o meio de comunicação mais sensacionalista, em comparação com os outros. Já João de Almeida Dias tem uma visão diferente, considerando que o sensacionalismo *“depende meramente do jornalista e da equipa que está com ele”* e, como tal, as coberturas mediáticas sensacionalistas não dependem dos meios de comunicação social.

Por último, e até podendo já antever uma pista de investigação futura, questionámos os entrevistados acerca da influência da Internet e das Redes Sociais na estratégia dos grupos terroristas, especialmente, do seu papel na organização e consecução dos ataques

terroristas. Como tal, Fátima Faria refere que a Internet tem vindo a aumentar o seu papel na organização e realização de ações terroristas, na *“captação de novos membros”* e na criação de *“novas oportunidades (de comunicação) e mais alternativas para que os grupos radicais contornem as autoridades”* tendo em conta a multiplicação de sites, contas e formas alternativas de comunicação. João de Almeida Dias acrescenta a ideia de que as redes sociais são um meio de propagação de informação sem filtros, produzida pelos grupos terroristas; estes não precisam *“do auxílio”* dos meios de comunicação para propagarem e disseminarem a mensagem que pretendem, mas precisam deles para um alcance maior e mais global, porque *“têm um público maior, mais fiel, mais direto”*. Ainda assim, as empresas de redes sociais têm condicionado, cada vez mais, a margem de manobra dos grupos terroristas, através de filtros mais apertados. Além disso, tendo em conta a acelerada e constante proliferação das redes sociais, Fátima Faria alerta que *“a informação circula com menor controlo e muitas vezes “sem filtro”* “ e, como tal, os meios de comunicação social tornam-se cada vez mais úteis e essenciais para o *“contraponto e verificação de factos”*.

CAPITULO IV, CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para podermos analisar e compreender o papel dos meios de comunicação social na cobertura mediática de ataques terroristas como os que marcaram o dia 13 de novembro de 2015, em Paris, é importante compreendermos, embora que de forma genérica, a relação que se estabelece entre o terrorismo e os *media*, uma vez que o papel dos *media* é influenciado por esta relação, seja ela proporcional ou não.

Neste sentido, o terrorismo e os meios de comunicação social envolvem-se numa relação de benefício mútuo; por um lado, “valores-notícia” como a espetacularidade, a interrupção do quotidiano ou a proximidade geográfica revelam-se essenciais para a construção de narrativas jornalísticas a respeito de determinado ato terrorista e, por outro lado, os grupos terroristas esperam obter uma elevada cobertura mediática, com um alcance global da audiência. Ainda assim, e tendo em conta a revisão de literatura e as entrevistas realizadas, podemos concluir que ambas as partes não beneficiam de igual forma, nem contribuem em proporções semelhantes para esta relação que se afirma ser simbiótica. Enquanto que os grupos terroristas planeiam e arquitetam um ataque terrorista tendo em vista o alcance máximo da audiência, fazendo a cobertura mediática parte da sua estratégia comunicativa, os *media* não estão à espera de um ataque terrorista para organizar as suas grelhas noticiosas; aliás, é o fator surpresa característico destes acontecimentos aliado ao seu carácter trágico que lhes conferem o elevado interesse mediático que têm.

A análise das entrevistas realizadas permitiu confirmar a tese defendida por Wilkinson (2000) de que os ataques terroristas enquanto acontecimentos catastróficos apresentam características específicas, nomeadamente a violência discricionária, dirigida a alvos civis aleatórios, criando uma atmosfera de medo e insegurança global e permanente, propagando a ideia de que qualquer pessoa, em qualquer lugar e a qualquer hora poderá ser um alvo; os ataques terroristas são um meio para atingir determinado fim, seja ele de natureza política, económica, ideológica, social, cultural e/ou religiosa.

A respeito dos objetivos e interesses dos grupos terroristas, podemos concluir que o terrorismo contemporâneo continua a ser movido por objetivos com uma raiz essencialmente política, cujos ataques visam um protesto contra ações militares em certas regiões, uma contestação face à política migratória ou até a influência nas decisões políticas do regime em voga, uma vez que o objetivo principal passa por influir políticas, gerando algum tipo de consequência, ou até mesmo, caos político. Ainda assim, tanto Fátima Faria quanto João de Almeida Dias consideram que devemos ter em atenção, o facto do

terrorismo contemporâneo estar a caminhar para motivações cada vez mais de pendor religioso, especialmente quando falamos em ações levadas a cabo pelos grupos terroristas radicais islâmicos. Estes grupos terroristas acreditam que as suas ações *“são impulsionadas por uma ordem divina superior”* (Luengo, 2001), acreditando *“na superioridade da causa que dizem defender”* (Laqueur & Wall, 2018).

Apesar da aleatoriedade característica da forma de atuação dos diversos grupos terroristas, podemos concluir que os ataques a Paris, a 13 de novembro de 2015, foram planeados ao pormenor, querendo atingir um determinado grupo de pessoas. Fátima Faria considera que *“foi seguramente um ataque planeado ao pormenor e durante muito tempo (...) com vários indivíduos “programados” para atuar de forma fria e sincronizada”,* com o intuito de atingir as *“pessoas que vão ver jogos de futebol, pessoas que vão a concertos de rock n’roll, pessoas que vão para esplanadas, bares e restaurantes, ao final da semana”,* acrescentou João de Almeida Dias.

Neste sentido, foi possível concluir que os ataques terroristas que marcaram o dia 13 de novembro de 2015, em Paris, tinham como objetivo um ataque ao modo de vida e hábitos quotidianos ocidentais, que se opõem aos ideais religiosos defendidos pelo radicalismo islâmico. Como tal, e retomando o argumento defendido por Nasser (2014), o de que os terroristas radicais islâmicos defendem que os valores e os hábitos quotidianos característicos das sociedades ocidentais não correspondem aos ensinamentos de Alá, o discurso de João de Almeida Dias permite-nos confirmar que, de facto, a história recente de atentados terroristas na Europa tem seguido um padrão de atuação muito semelhante: os grupos terroristas radicais islâmicos arquitetam as suas ações terroristas em centros europeus *“onde há o outro que não eu”* enfatizando a oposição entre o Ocidente e o Oriente.

Ainda assim, o terrorismo não é um fenómeno exclusivamente islâmico. É uma ameaça cada vez mais global, que assenta sob uma *“atmosfera de medo global”* (Faria, 2007), criando um *“estado de medo crónico”* (Faria, 2007), não apenas nas sociedades fustigadas pelos ataques terroristas, como também pelas sociedades mais próximas, do ponto de vista geográfico e identitário. Neste sentido, podemos concluir que o terrorismo não tem fronteiras geográficas definidas, tanto ocorre em capitais mundiais ou locais simbólicos, como em cidades mais pequenas, locais de culto e mercados; os alvos já não são apenas atores políticos, autoridades governamentais e forças de segurança, qualquer cidadão é um alvo na mira do terrorista. Além disso, os efeitos menos imediatos e diretos do terrorismo são também eles globais, nomeadamente o medo legítimo e genuíno que se faz sentir nas sociedades que apresentem realidades e quotidianos semelhantes aos das sociedades

onde os ataques terroristas têm lugar. Recorde-se o ambiente de medo e insegurança que se fez sentir em Portugal, nos dias que se seguiram aos atentados de Paris, com as principais ruas repletas de forças de segurança.

Assim sendo, é-nos possível confirmar aquela que foi definida como a primeira hipótese de investigação desta dissertação – o terrorismo é uma ameaça cada vez mais global, potenciada pela cobertura mediática dos meios de comunicação social e pela Internet. Enquanto veículo de informação da sociedade, tendo em conta os dados que fornecem para que os indivíduos possam formar a sua opinião acerca dos diferentes acontecimentos, os meios de comunicação social têm como função informar e alertar a população que servem sobre todas as situações potencialmente danosas tanto para a sua integridade física e moral como para a manutenção da propriedade territorial que possa vir a ser afetada. De facto, os ataques terroristas já carregam, por si só, um elevado nível de tragédia e dramatismo que acaba por ser amplificado e reproduzido pelos *media*.

Em relação à influência da Internet na organização e planeamento dos ataques terroristas, sabemos que o desenvolvimento da Era da Globalização contribuiu para a difusão, aperfeiçoamento e dispersão das operações dos grupos terroristas, essencialmente por permitir uma troca de bens e de informação sem limites e fronteiras delimitadas (Laqueur & Wall, 2018); sabemos também que o desenvolvimento das diversas tecnologias de informação permite a concretização das atividades terroristas, na medida em que tem contribuído para o recrutamento de novos apoiantes e novos membros, para a expansão da causa que defendem e para a ampliação do alcance da mensagem que pretendem propagar. A este respeito, o ponto de vista dos entrevistados foi bastante claro, o que nos permitiu concluir que o papel da Internet na estratégia dos grupos terroristas tem vindo a aumentar, mesmo com a existência de um maior controlo por parte das empresas de redes sociais, filtrando e bloqueando conteúdos com imagens, vídeos ou mensagens explicitamente violentas. Além disso, vivemos numa época caracterizada pela proliferação desmesurada de informação sem qualquer filtragem e, por isso, os jornalistas tornam-se fundamentais para a verificação e contraponto dos factos. Ainda assim, e apesar dos grupos terroristas já não precisarem do “apoio” dos meios de comunicação para disseminarem e propagarem a mensagem que pretendem e os interesses que defendem, precisam deles para alcançar a máxima audiência possível, uma vez que o público dos *media* é muito mais direto e fiel.

Na realidade, os ataques terroristas são fenómenos mediáticos e, como tal, foi fundamental tentarmos perceber quais os valores-notícia envolvidos na construção das

narrativas jornalísticas sobre os ataques terroristas de Paris, a 13 de novembro de 2015. Como tal, através das entrevistas realizadas foi possível confirmar a segunda hipótese de investigação – a tragédia, a interrupção do quotidiano e a proximidade são valores fundamentais na definição da cobertura mediática dos ataques terroristas. Em primeiro lugar, a tragédia característica dos ataques terroristas relaciona-se com a sua dimensão destrutora, isto é, a dimensão dos danos materiais causados, a par do número de pessoas afetadas (vítimas mortais e feridos); nos ataques a Paris, mais do que os danos materiais, estes atentados revelaram-se os mais mortíferos da última década, na Europa, tendo vitimado 129 pessoas. Depois, a interrupção do quotidiano prende-se com o factor surpresa e o carácter inesperado tão característico dos ataques terroristas; no dia 13 de novembro de 2015, em Paris, os muitos turistas e parisienses que aproveitavam mais uma sexta-feira à noite, a assistir a um concerto ou a um jogo de futebol, ou indo simplesmente a um bar, restaurante ou café, viram a sua rotina quotidiana interrompida. Os meios de comunicação social enquanto meio de informação da opinião pública, vão ao encontro dos interesses do público que servem e, como tal, parece-nos consistente o argumento de Faustino (2018), de que os indivíduos tem um certo deslumbramento por dramas, tragédias e acontecimentos inesperados.

No que diz respeito ao “valor-notícia” referente à proximidade, tanto geográfica quanto identitária, este influencia a escolha de um determinado acontecimento em detrimento de outro, tendo em conta a distribuição das grelhas noticiosas, mas também o interesse do público; no dia 12 de novembro de 2015 houve um ataque terrorista em Beirute, no Líbano, que vitimou 89 pessoas e mereceu uma cobertura mediática, pelo menos nos *media* ocidentais, muito parca em comparação com a cobertura mediática aos ataques a Paris, no dia seguinte. É João de Almeida Dias que nos confirma esta realidade, revelando-nos que artigos sobre realidades que não nos são assim tão próximas “*não são lidos ou são muito pouco lidos*”; aliás, a respeito do atentado terrorista em Beirute e da onda de indignação que a sua parca cobertura mediática gerou nas redes sociais, João de Almeida Dias chega mesmo a afirmar que “*se só tivessem havido os (ataques) de Beirute, a maior parte das pessoas provavelmente nem tinha ligado grande coisa e nem tinha tentado perceber o que é que se passou ali*”. Além do interesse por dramas e tragédias humanas e pela interrupção daquele que é “*estado normal das coisas*”, os indivíduos tendem a ir ao encontro de informação sobre realidades que lhes são mais próximas.

Uma outra questão importante quando abordamos a temática das peças noticiosas sobre ataques terroristas prende-se com a banalização do terror potenciada pelos meios de comunicação social e pelos próprios jornalistas. Apesar dos entrevistados considerarem que

a cobertura mediática de ataques terroristas, e de qualquer outro acontecimento, deva ser feita de forma responsável, tendo sempre em consideração os valores éticos e as normas deontológicas, evitando tornarem-se um elemento ao serviço da causa terrorista, Fátima Faria e João de Almeida Dias admitem que, por vezes, não é isso que se verifica. Aliás, não foi o que aconteceu com a cobertura mediática dos ataques de Paris, tendo em conta a frequente repetitividade de imagens e vídeos das vítimas e do caos, logo após as primeiras explosões e alguns dias depois, além dos vídeos produzidos pelo próprio Estado Islâmico com as suas mensagens e operações militares. Ambos os entrevistados consideram que ainda acontece, mas não deveria acontecer. A função de filtragem dos jornalistas é ainda insuficiente. Por isso, podemos confirmar aquela que foi definida como a terceira hipótese de investigação – as narrativas jornalísticas contribuem para a banalização do terror, tendo em conta a reprodução excessiva das imagens e dos ataques terroristas, em particular dos ataques a Paris, a 13 de novembro de 2015, e das mensagens produzidas pelos grupos terroristas, especialmente pelo Estado Islâmico.

Efetivamente, a cobertura mediática dos ataques terroristas é importante para a estratégia comunicativa de grupos terroristas, como o Estado Islâmico. Aliás, é um fator preponderante na organização e planeamento das ações terroristas. Ainda assim, e tendo em conta a análise das entrevistas, podemos concluir que tanto os meios de comunicação social quanto os jornalistas, além da função de informar a população dando conta de todos os factos envolvidos e dos verdadeiros riscos dos atentados terroristas, têm igualmente a função de filtrar todo o conteúdo que possa contribuir para a propaganda da causa terrorista, especialmente o conteúdo que é pensado e produzido ao pormenor pelos próprios terroristas. Neste sentido, não defendemos o argumento de que não se deve noticiar um ataque terrorista, até porque isso coloca questões relativas à censura e à utilidade dos próprios meios de comunicação, mas os jornalistas têm que aprimorar a sua função de filtragem do conteúdos explicitamente violentos, que contribuem para o sofrimento humano, de forma gratuita e desnecessária; tal como referiu João de Almeida Dias, *“deve-se falar de terrorismo, mas não se pode falar de qualquer maneira”*.

Além da questão da banalização do terror, os *media* tendem a produzir um discurso mediático estereotipado, associando os terroristas a indivíduos com ligações étnicas ao Médio Oriente e ligações religiosas aos ideais defendidos pelo radicalismo islâmico. Com efeito, é possível confirmar a última hipótese de investigação – o discurso mediático produzido pelos *media* ocidentais tende a ser estereotipado, difundindo a ideia de que os autores dos ataques têm, frequentemente, ligações étnicas e religiosas ao Médio Oriente. João de Almeida Dias admite a existência desse estereótipo, mas não considera que seja

com o intuito de generalizar e atribuir uma conotação negativa. Neste sentido, podemos concluir que o discurso estereotipado dos *media* ocidentais deriva da existência de uma narrativa dos Nós, Ocidentais, e Eles, Orientais; a conotação estereotipada do discurso mediático corresponde à reprodução de uma divisão social já existente, onde, por um lado, o Ocidente representa o lado do Bem, caracterizado por valores democráticos, onde se prima pela liberdade dos cidadãos e, por outro lado, o Médio Oriente corresponde ao lado do Mal caracterizado pela barbárie, violência e submissão das comunidades socialmente desfavorecidas.

Assim sendo, e tendo em consideração tudo o que foi analisado anteriormente, qual foi o papel dos *media* na cobertura mediática dos ataques terroristas de Paris, reivindicados pelo autoproclamado Estado Islâmico?

Os meios de comunicação social foram, em primeiro lugar, um meio de informação da população, uma vez que as narrativas jornalísticas sobre os ataques a Paris continham a informação necessária a respeito dos principais factos envolvidos nos ataques e ainda informação relativa às suas consequências, mais ou menos diretas; o objetivo foi fornecer ao público que servem, toda a informação necessária para que cada indivíduo fizesse a sua leitura do que aconteceu e com isso pudesse construir a sua opinião.

No entanto, inevitavelmente e de forma não propositada, os *media* tornaram-se um veículo de propaganda do radicalismo islâmico; numa tentativa de contextualizar os autores dos atentados, os *media* acabaram por transmitir a mensagem terrorista, os seus interesses e objetivos. Neste sentido, a par do papel que tiveram na propaganda da causa terrorista, os *media* acabaram por contribuir para a disseminação do medo de forma global, um dos principais objetivos dos grupos terroristas. Aliás, com as entrevistas realizadas, foi possível perceber que os jornalistas têm consciência da sua instrumentalização e tentam ao máximo filtrar e contextualizar o conteúdo jornalístico que transmitem, mas não podem responder pela generalidade dos jornalistas. Ainda a este respeito, ambos os entrevistados defendem a importância de se falar sobre terrorismo, uma vez que não é por se ignorar um ataque terrorista que ele vai deixar de existir; muito pelo contrário, pode dar origem a uma tragédia ainda maior, além das questões relativas à utilidade, fiabilidade e credibilidade dos *media* que possuem informação com valor e interesse vital para a população e não a transmitem.

Além disso, é importante refletir sobre a articulação cooperante entre os meios de comunicação social e as autoridades e forças de segurança. Os *media* tornaram-se um instrumento fundamental no combate ao terrorismo, uma vez que, além do

acompanhamento da atuação das autoridades governamentais e forças policiais, alertaram a população para possíveis comportamentos suspeitos e de risco, sobre o que é que devia e não fazer, e forneceram indicações sobre quais eram os locais mais seguros e onde poderiam encontrar ajuda, caso fosse necessário.

Resumindo, os meios de comunicação social podem ser encarados como meio de informação da sociedade em que estão inseridos e, inevitavelmente, como instrumento de disseminação da mensagem terrorista. Ainda assim, devemos ter em consideração que cabe ao jornalista fazer a filtragem e contextualização dos conteúdos que pretende transmitir, contribuindo, ou não, para a amplificação do ambiente de medo e terror.

BIBLIOGRAFIA

Referências Teóricas

Ackerman, Bruce (2007), *Before The Next Attack: Preserving Civil Liberties in an Age of Terrorism*, United States of America, Yale University.

Adarraga. Ana Arzumendi (2004), “11-M. Cobertura mediática del terrorismo: un paso más”, *Palabra-Clave: Opinión Pública y Democracia*, (10).

Correia, João Carlos (2016), “O Lugar do Framing nas Sociedades Complexas”, Universidade da Beira Interior, Covilhã.

Évora, Silvino Lopes (2006), “O discurso mediático sobre o terrorismo”, Universidade da Beira Interior, Covilhã, pp. 1-25.

Faria, Fátima (2007), “O Papel dos Media na Luta Contra o Terrorismo: que Cobertura Mediática dos Atos Terroristas?”, Instituto de Defesa Nacional, 3(117), pp. 115-177.

Faustino, Ana Catarina Bordalo (2018), *O papel dos media no quadro do terrorismo como ação estratégica*, Dissertação de Mestrado em Estratégia, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Ferreira, Marcos Alan S. V. (2014), “Panorama da Política de Segurança dos Estados Unidos após o 11 de setembro: o espectro neoconservador e a reestruturação organizacional do estado”, em André de Mello e Souza, Reginaldo Mattar Nasser e Rodrigo Fracalossi de Moraes (orgs.), *Do 11 de Setembro de 2001 à Guerra ao Terror: reflexões sobre o terrorismo no século XXI*, Brasília, ipea.

Galito, Maria Sousa (2013), “Terrorismo: conceptualização do fenómeno”, Working Paper – Centro de Estudos do Instituto Superior de Economia e Gestão.

Goffman, Erving (1974), “Primary Frameworks”, em Erving Goffman (org.), *Frame Analysis: An Essay on the Organization of Experience*, New York, Harper & Row.

Gradim, Anabela (2016), *Framing: o enquadramento das notícias*, Lisboa, Livros Horizonte.

Laqueur, Walter (1999), "Terrorist Motives: Marx, Muhammad, and Armageddon", em Walter Laqueur (org.), *The New Terrorism – Fanaticism and the Arms of Mass Destruction*, New York, Oxford University Press.

Laqueur, Walter e Christopher Wall (2018), *ISIS, Al-Qaeda, And The Alt-Right, The Future of Terrorism*, New York, Thomas Dunne Books.

Letria, José Jorge (2001), *O Terrorismo e os "Media". O tempo de antena do terror e outras reflexões*, Lisboa, Hugin.

Lipschultz, Jeremy Harris (2007), "Framing Terror: Violence, Social Conflict, and the "War on Terror"", *Electronic News*, 1 (1), pp. 21-35.

Lopes, Paula Cristina (2010), "Jornalismo e linguagem jornalística: Revisão conceptual de base bibliográfica", Universidade Autónoma de Lisboa.

Luengo, Oscar García (2001), "Los Medios de Comunicación y Las Nuevas Tendencias del Terrorismo Internacional", Comunicação apresentada na *Conferencia Internacional "La seguridad europea en el siglo XXI"*, Universidad de Granada, 5-9 de noviembre de 2001, Granada.

Moita, Luís (2014), "Nine/Eleven: Repercussões no pensamento europeu", em André de Mello e Souza, Reginaldo Mattar Nasser e Rodrigo Fracalossi de Moraes (orgs.), *Do 11 de Setembro de 2001 à Guerra ao Terror: reflexões sobre o terrorismo no século XXI*, Brasília, ipea.

Nacos, Brigitte L. (2000), "Accomplice or Witness? The Media's Role in Terrorism", *Current History*, pp. 174-178.

Nacos, Brigitte L. (2006), "Terrorism/Counterterrorism and Meida in the Age of Global Communication", Comunicação apresentada no *Global Seminar Second Shimame-Yamaguchi Session "Terrorism – A Global Challenge"*, United Nations University, 5 a 8 de agosto de 2006, Columbia University.

Nasser, Reginaldo Mattar (2014), "As falácias do conceito de "Terrorismo Religioso"", em André de Mello e Souza, Reginaldo Mattar Nasser e Rodrigo Fracalossi de Moraes (orgs.),

Do 11 de Setembro de 2001 à Guerra ao Terror: reflexões sobre o terrorismo no século XXI, Brasília, Ipea.

Negreiros, Joaquim Trigo de (2004), “Três apontamentos sobre poder e legitimidade: Jornalismo e Sociedade de Informação”, em Joaquim Trigo de Negreiros (org.), *Fantasma ao Espelho – Modos de Autorepresentação dos Jornalistas*, Coimbra, Minerva.

Perešin, Anita (2007), “Mass Media and Terrorism”, *Medij. istraz.*, 13 (1).

Rebelo, José (2006), “Os acontecimentos mediáticos como atos da palavra”, *Revista Científica de Información y Comunicación*, 3, pp. 17-28.

Resendes, Mário Bettencourt (s.a.), *Os media e o terrorismo*, pp. 1-14.

Rocha, João Manuel (2017), “Pistas para pensar as relações entre media e terrorismos”, *A Comunicação Mundializada*, pp. 88-89.

Santos, José Manuel (2005), “Da perca do mundo à sociedade dos (mega) acontecimentos”, *Trajetos: Revista de Comunicação, Cultura e Educação*, 6, pp. 77-83.

Souza, André de Mello e Rodrigo Fracalossi de Moraes (2014), “A Relevância do Terrorismo na Política Internacional Contemporânea e suas implicações para o Brasil”, em André de Mello e Souza, Reginaldo Mattar Nasser e Rodrigo Fracalossi de Moraes (orgs.), *Do 11 de Setembro de 2001 à Guerra ao Terror: reflexões sobre o terrorismo no século XXI*, Brasília, Ipea.

Strömbäck, Jesper e Spiro Kioussis (2010), “A New Look at Agenda-Setting Effects – Comparing the Predictive Power of Overall Political News Consumption and Specific News Media Consumption Across Different Media Channels and Media Types”, *Journal of Communication*, (60).

Traquina, Nelson (2005), “Ser ou não ser notícia?”, em Nelson Rolim de Moura (coord.), *Teorias do Jornalismo, Volume II: A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional*, Florianópolis, Editora Insular.

Weimann, Gabriel (2004), “www.terror.net: How Modern Terrorism Uses the Internet”, *United States Institutes of Peace: Special Report*, n.º 116.

Wilkinson, Paul (2000), "The Strategic Implications of Terrorism", em M. L. Sondhi (Edt.), *Terrorism & Political Violence. A Sourcebook*, India, Har-anand Publications.

Links e outras referências

Relatório Europol – European Union Terrorism Situation and Trend Report 2018 (TEAST). Disponível em <https://www.europol.europa.eu/activities-services/main-reports/european-union-terrorism-situation-and-trend-report-2018-tesat-2018>

<https://www.publico.pt/2015/11/13/mundo/noticia/tiroteio-em-curso-no-centro-de-paris-1714401>, consultado em 5 de janeiro de 2019

<https://observador.pt/2015/11/14/atentados-paris-resumo-do-ja-sabemos/>, consultado em 5 de janeiro de 2019

<https://observador.pt/2015/11/13/atentado-em-paris-tera-provocado-varios-mortos/>, consultado em 5 de janeiro de 2019

Referências Metodológicas

Bell, Judith (1997), *Como Realizar um projeto de Investigação*, Coleção Trajetos, Lisboa, Gradiva, Publicações S.A.

Bento, António V. (2012), *Investigação quantitativa e qualitativa: dicotomia ou complementaridade?*, Centro de Investigação em Educação, Universidade da Madeira.

Boni, Valdete e Sílvia Jurema Quaresma (2005), "Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais", *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, 2 (1).

Cavalcanti, Mario Lima (2005), "Os possíveis prós e contras na utilização do e-mail e dos comunicadores instantâneos como ferramentas para se fazer entrevistas", *Portal Comunique-se*.

Duarte, Rosália (2004), "Entrevistas em pesquisas qualitativas", *Educar*, n.º24, pp. 213-225.

Ferreira, Vitor Sérgio (2014), “Artes e manhas da entrevista”, *Saúde Soc.*, 23 (3), pp. 979-992.

Foddy, William (2002), *Como perguntar. Teoria e Prática da Construção de Perguntas em Entrevistas e Questionários*, Oeiras, Celta Editora (1993).

Ribeiro, Elisa Antonia (2008), “A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa”, *Evidência*, n.º 4, pp. 129-148.

Ruquoy, Danielle (1997), “Situação de entrevista e estratégia do entrevistador”, em Luc Albarello, Françoise Digneffe, Jean-Pierre Hiernaux, Christian Maroy, Danielle Ruquoy, Pierre de Saint-Georges (orgs.), *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*, Gradiva.

Temer, Ana Carolina Rocha Pessôa e Simone Antoniaci Tuzzo (2017), “A entrevista como método de pesquisa qualitativa: uma Leitura Crítica das memórias dos jornalistas”, Comunicação apresentada no Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa, realizado no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Goiás, Brasil.

ANEXOS

Anexo 1

Guião de Entrevista – João de Almeida Dias

1.ª parte da entrevista – Terrorismo

- A.** Tendo em conta a cobertura mediática que fez a respeito dos ataques terroristas a Paris, a 13 de novembro de 2015,
- A1.** Quais considera terem sido os principais objetivos do Estado Islâmico?
 - A2.** Na sua opinião, o terrorismo contemporâneo tem vindo a caminhar para motivos religiosos do que motivos políticos, como antigamente?
 - A3.** Que características destaca da forma de atuação dos terroristas do Estado Islâmico?
 - A4.** Consegue traçar um perfil dos terroristas?
 - A5.** Para si, o terrorismo é hoje uma ameaça global?

2.ª parte da entrevista – Meios de Comunicação Social

- B.** Em traços muito gerais, quais são as funções mais importantes dos meios de comunicação, no geral, e dos jornalistas, no particular, ao noticiarem os ataques terroristas?
- C.** Na sua opinião, os interesses ideológicos, económicos e empresariais influenciam a cobertura mediática dos ataques terroristas?
- D.** Na sua opinião, as medidas antiterrorismo impõe limites e restrições à liberdade de informação? Em que sentido?

3.ª parte da entrevista – Narrativas Jornalísticas

- E.** Quais os valores-notícia fundamentais à construção de narrativas jornalísticas sobre os ataques terroristas de Paris, a 13 de novembro de 2015?
- E1.** Na sua opinião, porque é que foi dado um maior destaque mediático a dois locais: ao Bataclan e ao Stade de France? Que valores prevaleceram?

- F. Enquanto jornalista, pode-me esclarecer qual é para si a justificação da frequência e repetitividade das imagens das vítimas, do caos e dos destroços dos ataques terroristas a Paris, a 13 de novembro de 2015?
- G. O efeito de *agenda-setting* corresponde à seleção de umas notícias em detrimento de outras que permite a construção dos diferentes patamares da realidade social e, como tal, as audiências consideram como mais importantes e relevantes as temáticas que são alvo de uma maior cobertura mediática (Strömbäck e Kiousis, 2010). O *framing* corresponde a elementos constitutivos da narrativa jornalística, como os esquemas narrativos familiares, metáforas, estereótipos, ou até frases feitas que *“ajudam a compreender e descrever o mundo, construindo pontes de familiaridade com os leitores (...) estruturando o pensamento e a ação”* (Gradim, 2016: 39). Na sua opinião, qual é a influência do efeito de *agenda-setting* e do efeito de *framing* nas peças noticiosas dos ataques terroristas, em Paris?
- H. Publicou uma notícia sobre o eventual desaparecimento do Estado Islâmico, na qual referiu que este grupo terrorista conquistou o medo do mundo inteiro *“pela força das armas e de bombas. E também entraram pelas televisões do mundo inteiro, passando do aparente anonimato para um reconhecimento obscuro”* (OBSERVADOR, 08/06/2016). Para si, os meios de comunicação são um elemento fundamental e imprescindível da estratégia terrorista? Contribuem para o reconhecimento dos seus objetivos e ideais?
- I. Na sua opinião, e tendo em consideração a cobertura mediática dos ataques terroristas, quais são as principais diferenças que encontra no tratamento informativo feito pela imprensa televisiva e pela imprensa escrita? A televisão acaba por ser mais sensacionalista do que a imprensa escrita?

4.^a parte da entrevista – NOVOS MEDIA

- J. Qual é, na sua opinião, o papel atual da Internet e das Redes Sociais na organização e realização de ações terroristas?

Anexo 2

Guião de Entrevista – Fátima Faria

1.ª parte da entrevista – Terrorismo

- A.** O que é para si terrorismo?
- B.** No seu artigo refere que os ataques terroristas contribuem para a criação de um “estado de medo crónico” provocado pela dor, destruição, pânico e incerteza. Para si, o terrorismo é hoje uma ameaça global?
- B1.** Na sua opinião, podemos então considerar que mais do que movidos por interesses políticos, os grupos terroristas movem-se por interesses religiosos? O terrorismo contemporâneo caminha para uma tentativa de mudança cultural e religiosa?
- C.** Tendo em conta a cobertura mediática realizada relativamente aos ataques de Paris, a 13 de novembro de 2015,
- C1.** Quais considera terem sido os principais objetivos do Estado Islâmico?
- C2.** E as principais características da forma de atuação do Estado Islâmico?
- C3.** Consegue traçar um perfil dos terroristas, tendo em conta a cobertura mediática que foi feita?
- C3.1.** Na sua opinião, o terrorismo tem-se tornado um fenómeno islâmico?
- C4.** Na sua opinião, existe alguma mensagem subentendida nas ações terroristas perpetuadas pelo Estado Islâmico? Qual?

2.ª parte da entrevista – Meios de Comunicação Social

- D.** Tendo em conta as funções dos meios de comunicação e dos jornalistas, face à cobertura mediática dos ataques terroristas, considera que se tornam um meio de expressão e informação da opinião pública ou um meio de propaganda da causa terrorista?
- E.** Podemos considerar que atualmente, os meios de comunicação social desempenham um papel estratégico de combate ao terrorismo, em conjugação com as forças de segurança e órgãos governamentais?
- F.** No seu artigo, aborda uma questão importante: as medidas antiterrorismo que impliquem limites à livre difusão de informação, constituem um dos principais dilemas

dos meios de comunicação social face ao tratamento informativo dos ataques terroristas. Em que sentido?

3.ª parte da entrevista – Narrativas Jornalísticas

G. Enquanto cidadão-consumidor de informação, quais os sentimentos e percepções que as imagens das vítimas, do caos e dos destroços, resultantes de ataques terroristas, que circulam pelos diversos meios de comunicação social lhe transmitem?

H. Uma vez mais, no seu artigo refere que os meios de comunicação devem evitar a “*glamorização excessiva*” e trabalhar em conjunto com as forças de segurança. Considera que os meios de comunicação conseguiram cooperar com as forças de segurança, aquando da cobertura mediática dos ataques terroristas a Paris?

H1: Na sua opinião, quais são os valores-notícia essenciais à cobertura mediática dos ataques terroristas?

H2: Na sua opinião, e tendo em consideração a cobertura mediática dos ataques terroristas, quais são as principais diferenças que encontra no tratamento informativo feito pela imprensa televisiva e pela imprensa escrita? A televisão acaba por ser mais sensacionalista do que a imprensa escrita?

4.ª parte da entrevista – NOVOS MEDIA

I. Qual é na sua opinião, o papel atual da Internet e das Redes Sociais na organização e realização de ações terroristas?